



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

DANIEL MATEQUE MATEUS

Justino: Da Busca da Verdade ao Martírio

Dissertação Final

sob orientação de:

**Professor Doutor António Manuel Antunes de Matos
Ferreira.**

Lisboa.

2021

Dissertação de fim de curso, para obtenção do
grau de Mestre no curso de Teologia (MIT)

Elaborado pelo aluno: Daniel Mateque Mateus

Orientador Prof. Doutor: António Manuel Antunes de
Matos Ferreira

À minha família, aos Missionários do Verbo Divino, aos amigos, colegas e companheiros e a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a finalização deste percurso académico.

No trilho de vários atalhos que a vida nos propõe,
no desafio de cruzamentos de ideias, projetos e
pensamentos, no desabrochar da missão que
Deus Pai, Filho e Espírito Santo, e Maria nossa
mãe, nos confiam e sustentam, há sempre uma
mão disponível a lançar o seu apoio e auxílio.

Aos que contribuíram para que este trabalho chegasse
ao seu termo com êxito, o meu muito obrigado.

ÍNDICE

Resumo: português e inglês	6
Siglas e abreviaturas	7
Introdução	9
CAPÍTULO 1 - JUSTINO E O SÉCULO II: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO, SOCIOCULTURAL E RELIGIOSO	
1.1 O século II: tempo da apologética cristã.....	13
1.2 Dimensão histórica, social, cultural e religiosa.....	14
1.3 Justino: marcos da vida apologética cristã de Justino.....	16
1.4 Justino no cruzamento da filosofia antiga e do cristianismo.....	21
1.5 Cristianismo como pedagogia e regra de vida.....	30
CAPÍTULO 2 - ASPETOS CENTRAIS DO PENSAMENTO TEOLÓGICO DE JUSTINO	
2.1 Apologias e Diálogo com Trifão: património teológico do século II.....	36
2.2 Experiência de identidade cristã: batismo e eucaristia.....	43
2.3 Cristo: <i>Logos</i> encarnado.....	47
2.4 Sofrimento humano e paixão de Cristo.....	50
CAPÍTULO 3 - MARTÍRIO DE JUSTINO: SUA CONFIGURAÇÃO AO MARTÍRIO DE JESUS	
3.1 Martírio como testemunho e configuração.....	56
3.2 Julgamento e martírio de Justino.....	62
3.3 Interpretação do martírio.....	65
Conclusão	71
Bibliografia	74

Resumo:

Esta dissertação aborda, no âmbito da teologia histórica, os principais traços da articulação entre a vida e a obra de Justino, mártir, situando o seu percurso e o seu martírio como conversão e identificação com a Jesus Cristo. A sua conversão como o encontro com a autêntica verdade que defende e testemunha até dar a vida por ela.

Esta personalidade marcante do cristianismo do século II tem sido considerada como expressão existencial entre a sua atividade enquanto filósofo e a sua adesão à fé cristã, tomada como método e sabedoria salvífica. Dele temos a apresentação do batismo e da eucaristia na sua estruturação ritual e de significado, em que destacou a centralidade da relação entre o Logos e o Espírito Santo possibilitando, assim, a afirmação existencial e prática da existência cristã.

Palavras-chave: Justino, apologia, batismo, eucaristia, filosofia, patrística.

Abstract:

This dissertation addresses, within the scope of historical theology, the main features of the articulation between the life and work of Justin, a martyr, situating his path and his martyrdom as conversion and identification to Jesus Christ. His conversion occurred when he encountered with the authentic truth that he then defends and witnesses to the point of even giving his life for it.

This remarkable personality of the 2nd century of the Christianity has been considered as an existential expression between his activity as a philosopher and his adherence to the Christian faith, taken as a method and as saving wisdom. From him we have the presentation of baptism and the Eucharist in its ritual and meaningful structure, where he highlighted the centrality of the relation between the Logos and the Holy Spirit, thus enabling the existential and practical affirmation of Christian existence.

Keywords: Justin, apology, baptism, Eucharist, Philosophy, Patristics.

SIGLAS E ABREVIATURAS

a) *Gerais*

<i>I Apol.</i>	Justino de Roma, Primeira Apologia
<i>II Apol.</i>	Justino de Roma, Segunda Apologia
<i>Atas do mart.</i>	Atas do martírio de Justino e seus companheiros
<i>Cf.</i>	Conferir
<i>Diál.</i>	Justino de Roma, Diálogo com Trifão
<i>Dr.</i>	Direção
<i>Hist. ecl.</i>	Eusébio de Cesareia, História Eclesiástica
<i>P.</i>	Página
<i>PP.</i>	Páginas
<i>Séc. I</i>	Século primeiro
<i>Séc. II</i>	Século segundo
<i>S/d.</i>	Sem data
<i>S/ed.</i>	Sem edição
<i>S/l.</i>	Sem local

b) *Bíblicas*

<i>AT.</i>	Antigo Testamento
<i>Gn.</i>	Livro do Génesis
<i>Êx.</i>	Livro do Êxodo
<i>Dt.</i>	Livro do Deuteronómio
<i>Jos.</i>	Livro de Josué
<i>Sl.</i>	Livro dos Salmos
<i>Prov.</i>	Livro dos Provérbios

<i>Is.</i>	Profecia de Isaías
<i>Zac.</i>	Profecia de Zacarias
<i>NT.</i>	Novo Testamento
<i>1 Cor.</i>	Primeira Epístola de São Paulo aos Coríntios
<i>Ef.</i>	Epístola de São Paulo aos Efésios
<i>Gl.</i>	Epístola de São Paulo aos Gálatas
<i>Jo.</i>	Evangelho segundo São João
<i>Lc.</i>	Evangelho segundo São Lucas
<i>Mt.</i>	Evangelho segundo São Mateus
<i>Mc.</i>	Evangelho segundo São Marcos
<i>Rm.</i>	Epístola aos Romanos
<i>SP.</i>	Epístola de São Paulo
<i>vv.; v</i>	Versículos; versículo

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação corresponde à indagação, na obra de Justino de Roma, sobre o sentido dado à sua procura sobre a verdade, enquanto processo vital, considerando a sua trajetória, desde as suas origens até ao momento do seu martírio e à respetiva elaboração do significado desta.

Compreender a sua trajetória de busca, como instrumento, como percurso e conteúdo integrante da vida e do saber, fio condutor na sua conversão, na defesa dos cristãos que, considerados como Homens inocentes, eram acusados e caluniados injustamente até ao processo do seu julgamento e martírio numa época de perseguições, no século II.

Teremos em conta as seguintes questões: nascimento de Justino, processo de conversão, suas obras e pensamento teológico e finalmente o seu processo de martírio.

O nascimento de Justino situa-se por volta do ano 100 (século I) e a sua conversão por volta do ano 132 (século II), ligada a duas razões possíveis: pela insatisfação do saber filosófico e pelo heroísmo manifestado na defesa das acusações aos cristãos, confrontado com muitas execuções destes mesmos cristãos. O momento charneira é descrito como um encontro inesquecível com um ancião, enquanto Justino, embalado na solidão e muitas vezes meditando à beira-mar, momento que surge como uma viragem na sua vida. (cf. *Diál.*3).

Justino teve uma formação intelectual sólida e das mais aprimoradas, segundo o seu próprio testemunho. Conta-nos que teve de percorrer várias cidades e diversas escolas filosóficas para saciar a sua profunda inquietação em conhecer a verdadeira ciência e tornar-se um sábio. «Ardendo para ouvir o que é próprio e excelente na filosofia»¹, frequentou as escolas estóica, peripatética, pitagórica e platónica (cf. *Diál.* 2,1-6). Sem encontrar uma resposta satisfatória, Justino no encontro com esse ancião deparou-se com uma sapiência centrada em Jesus, na sua pregação, na sua morte e na sua ressurreição.

Enunciando os elementos que constituem a génese da vida, obras e a sua conversão da religiosidade antiga através da indagação filosófica como se assumiu como filósofo cristão, dando um importantíssimo contributo à construção da teologia

¹ Justino de Roma: *I e II Apologias/Diálogo com Trifão*, Introdução e notas - Roque Frangiotti; Tradução - Ivo Storniolo, Euclides M. Balancin]. – São Paulo: Paulus, 1995. Coleção Patrística. 1.ª edição. Direção editorial, Pe. Manoel Quinta. p. 10.

cristã do século II e com relevante influência posterior. Perceber, em certo sentido como «a sua loucura» em busca da verdade, da defesa da justiça em prol dos cristãos e o seu martírio na sua configuração com a vida de Cristo corresponde a uma corporização assumida da sua identidade de seguidor de Jesus.

Para a compreensão deste itinerário de Justino, considerado por muitos como «primeiro e maior filósofo, e mártir do século II», somos convidados a lançarmo-nos num desafio profundo, a fim de dialogarmos com vários autores que nos dirão e servirão de ponte até chegarmos ao que propomos. Pretendemos perceber a relação que existe entre a vida e o martírio de São Justino, na busca da verdade e como se configuram a sua vida e martírio com a vida e morte de Jesus Cristo. É também nossa finalidade indagar e perceber em que consiste a importância da vida deste homem desde a conversão ao martírio na vida da Igreja. Para o efeito servir-nos-emos de algumas obras com referências ao I e II séculos, tendo em conta a sua importância para a vida da Igreja.

A presente dissertação é constituída por três capítulos.

O primeiro capítulo corresponde a uma abordagem panorâmica de tipo histórica sobre a vida e as obras do autor, destacando a contextualização o seu contexto sociocultural e religioso. Assim, podemos compreender como Justino abandona o mundo da religiosidade e da filosofia antiga, abraçando como uma «nova filosofia», como sentido para a vida, «o cristianismo como a verdadeira filosofia».

No segundo capítulo, apresentam-se os pontos centrais e comuns do seu pensamento teológico, recorrendo a várias das suas obras que chegaram até nós, os dois textos das *Apologias* (I e II *Apol.*), e com mais destaque para o *Diálogo com Trifão*, tomando em conta a sua fundamentação na Sagrada Escritura.

No terceiro capítulo, reflete-se sobre o modo como Justino viveu e consumou a fé e a verdade a que aderiu no cristianismo, na compreensão e interpretação do seu martírio em configuração com a vida e morte de Cristo.

O seu encontro com um ancião, que lhe desperta o interesse em buscar a verdade (absoluta) no Antigo e Novo Testamento, foi alimento decisivo que sacia a sua sede desta verdade que tanto buscou. Justino encontra, por meio deste venerável ancião, a verdadeira e única filosofia certa e digna do saber o Cristianismo (cf. *Diál.* 3-8). Foi em Roma onde Justino exerceu a maior parte da sua atividade como professor da única filosofia certa e digna – o Cristianismo. Nesta cidade, Justino fundou e dirigiu uma

escola filosófica em que não perdeu o foco de ensinar a verdade, a única filosofia certa e digna de honra a doutrina de Cristo. E foi em Roma onde Justino passou bom tempo da sua vida, desenvolvendo a sua atividade como professor/filósofo, tendo escrito as suas obras, entre as quais o *Diálogo com Trifão*, segundo nos conta Eusébio de Cesareia. Nas suas *Apologias*, Justino realiza uma defesa dos cristãos contra as acusações insidiosas que lhes eram dirigidas. Refuta e defende os cristãos das diversas acusações que lhes eram feitas pelos pagãos. No *Diálogo*, Justino mostra ao seu interlocutor Trifão e, por meio deste, a todos os judeus que punham questão a realidade messiânica de Jesus Cristo, provando-lhes a sua divindade e a dimensão teológica do Messias em Jesus Cristo. Para o efeito, Justino alimenta e apresenta os seus argumentos a partir da Sagrada Escritura.

Toda esta sua atuação e a afirmação das suas convicções conduziram a um julgamento que teve como resultado a sua decapitação em Roma, no ano 165, juntamente com seis companheiros, conforme é relatado nas atas do seu martírio e dos seus companheiros.

As fontes e obras principais de que me servirei são: as obras do próprio apologista, *Primeira e Segunda Apologias (I e II Apol.)* e *Diálogo com Trifão (Diál.)*; a obra de Eusébio de Cesareia *História Eclesiástica (Hist. ecl.)* e o estudo de Isidro Lamelas, *Justino filósofo e mártir do século II: Em defesa dos cristãos*. Consultei, como é referido no texto, diversas obras de coleções patrísticas.

Para os principais aspetos metodológicos seguimos as indicações do *Livro de Estilo* proposto pela Faculdade de Teologia, com particular atenção ao método de Chicago, proposto, aprovado e recomendado pela Universidade Católica.

PRIMEIRO CAPÍTULO

JUSTINO E O SÉCULO II: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO, SOCIOCULTURAL E RELIGIOSO

A compreensão do percurso e da relevância de Justino, como pensador cristão, implica a sua contextualização histórica, social, cultural e religiosa, situando essas dimensões no seu referencial espaço-temporal. Neste primeiro capítulo, apresenta-se uma abordagem panorâmica sobre a sua vida e seu pensamento no âmbito do século II, período durante o qual nasceu e morreu.

Neste período, surge como que uma nova geração de personagens que asseguram e dirigem a Igreja. As testemunhas diretas, que conheceram, viram, ouviram ou, de algum modo, tocaram Jesus Cristo, foram desaparecendo paulatinamente, a exemplo de Pedro e Paulo, como seu registo de martírio aponta, pelos anos 66-67 na cidade de Roma.² Somente João, provavelmente, a última testemunha ocular, de quem os presbíteros recolheram suas palavras, a exemplo de Policarpo, no dizer de Inácio³, é que terá sobrevivido durante mais tempo.

Mais ou menos pelo ano 100 d.C. começa um período novo, um outro tempo, mas decisivo, em que passada a primeira era apostólica – as testemunhas diretas de Jesus, restava às comunidades conservar as ricas memórias e ensinamentos do Mestre, e garantir o seu valor e autoridade na continuidade da obra de Cristo mestre e fundador⁴. São, pois, homens novos que se lançam ao desafio neste período de intenso desenvolvimento na história, pela necessidade de organizar as comunidades cristãs, a vida litúrgica, e a urgência de promover o pensamento cristão. «Será que o pensamento cristão vai continuar ligado à cultura semita ou irá adaptar-se aos esquemas do pensamento grego?»⁵. Alguns dos escritores do século II respondem a este debate com as apologias, no confronto entre essas diversas tradições culturais na encruzilhada das quais se encontrava o cristianismo nascente⁶.

² Cf. Hamman, A. *Os Padres da Igreja*, Coleção Patrologia 2, São Paulo: Paulinas, 1985, 2ª edição, p. 11.

³ Cf. Hamman, A. *Os Padres da Igreja*, p. 11.

⁴ Cf. Hamman, A. *Os Padres da Igreja*, p. 11.

⁵ Cf. Hamman, A. *Os Padres da Igreja*, pp. 11-12.

⁶ Cf. Hamman, A. *Os Padres da Igreja*, pp. 11-12.

1.1 O SÉCULO II: TEMPO DA APOLOGÉTICA CRISTÃ

O século II foi marcado por diversas roturas, conversões, perseguições e martírios. A verdade descoberta e aderida levava ao confronto com a filosofia existente, em particular nas suas diversas componentes gregas. Verifica-se neste século uma relação particular entre a Igreja e esse mundo antigo, correntemente designado como sendo pagão. Pelas apologias, (género literário de disputas, geralmente públicas), deu-se pela primeira vez e decisivamente (com hábil adaptação), às correntes filosóficas da época, novas ideias doutrinárias, que ilustram o remate e o coroamento das mais consideradas aspirações culturais do mundo intelectual⁷. As apologias surgem utilizadas também no campo cristão como primeiras justificações e defesa do cristianismo⁸. Foram-se refutando as diversas acusações injuriosas, odiosas, que as populações e os pensadores da época levantavam contra os cristãos⁹.

O século II foi considerado e caracterizado como «uma jóia da antiguidade cristã, e uma pérola da apologética»¹⁰. Foi um século de especulação filosofia grega, em que a literatura cristã vive o espírito combativo por meio de sistemas argumentativos.

As apologias elaboradas pelos escritores cristãos, sendo as mais destacadas as do século II, tinham como objetivo principal apresentar e defender, diante da opinião pública, a verdadeira natureza do cristianismo e as razões da sua adesão. Inspirados no ideal helénico, os documentos oficiais eram dirigidos aos imperadores, defendendo os cristãos das injustas acusações e calúnias dos pagãos¹¹. A Apologética é entendida como «defesa argumentativa da religião»¹². Os apologistas defendiam uma ideia ou doutrina, contestando os argumentos contrários¹³, a sua missão era elaborar obras ou discursos que refutassem as acusações populares e as reações dos sábios contra a Igreja, e justificar a fé dos cristãos, mostrando as fraquezas e as incongruências das religiões

⁷ Cf. Altaner Stuibler, *Patrologia: Vida, obras e Doutrina dos Padres da Igreja*, p. 69.

⁸ Cf. Fernando António Figueredo, *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja primitiva Séc. I e II*, p. 97.

⁹ Cf. Fernando António Figueredo, *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja primitiva Séc. I e II*, p. 97.

¹⁰ Isidro Lamelas, Introdução, In *Carta a Diogneto*, Texto anónimo, Lisboa: Editora Alcala, 2001, 3.^a edição.

¹¹ Cf. Hugo Schlesinger; Humberto Porto, *As Religiões Ontem e Hoje*, São Paulo: Edições Paulinas, Tomo 1 A-J. 1982, pp. 25-26.

¹² Cf. Hugo Schlesinger; Humberto Porto, *As Religiões Ontem e Hoje*, São Paulo: Edições Paulinas, Tomo 1 A-J. 1982, pp. 25-26.

¹³ Cf. https://pt.Aleteia.org/2020/06/01/são_Justino_-_e_-_as_-_sementes_-_do_-_verbo/amp/:

Cf. https://www.vaticannews.va/pt/santo_-_do_-_dia/06/01/s_-_Justino_-_filosofo_e_martir.

pagãs¹⁴. Isso provocou muitos debates, disputas e controvérsias, perseguições e martírios¹⁵.

Apesar disso, não cessou na Igreja a literatura de comunicação (tipo epístolas) entre as diversas comunidades, isto é, a literatura «*ad intra*». Nesta época, floresceram também as atas dos mártires e uma escrita de edificação mútua. Alguns destas escritas foram tomados posteriormente como apócrifos. Nesta época já têm muita importância e influência versões gregas do Antigo Testamento¹⁶. Segundo alguns autores, neste século, a literatura cristã ganha novo horizonte na vivência de três dinâmicas de fé, num período de convicções na afirmação da fé¹⁷.

- a) *Na dinâmica da afirmação da fé*: as atas dos mártires e os escritos sobre os mártires dão um testemunho fiel que se prende na afirmação convita da fé. O martírio de S. Policarpo é um exemplo.
- b) *Na dinâmica da apresentação da fé*: as Apologias, por exemplo, as de Justino. As apologias, como já foi dito, têm como um dos objetivos apresentar e testemunhar a fé professada.
- c) *Na dinâmica da compreensão da fé*: as obras de S. Irineu¹⁸.

1.2. DIMENSÃO HISTÓRICA, SOCIAL CULTURAL E RELIGIOSA

Por meio da carta de Plínio ao imperador Trajano, escrita cerca dos anos 110-112, enquanto governador da Bitúnia (província romana na Ásia Menor, região de expansão de comunidades cristãs desde os finais do século I), tem-se o primeiro testemunho sobre a problemática da implicação de como a existência de comunidades cristãs levantavam problemas de ordem social e política junto das populações locais. Nessa carta, solicitava ao imperador algumas instruções a respeito dos cristãos de cuja presença, em seus territórios, Plínio toma conhecimento enquanto questão para a ordem romana¹⁹. A carta referia-se, por um lado, a certo número de pessoas de todas as idades, condições e sexos, espalhadas em todas as partes da cidade e campos; por outro, aos

¹⁴ Cf. *Curso de Teologia Patrística I*, p. 97.

¹⁵ Cf. *Curso de Teologia Patrística I*, p. 97.

¹⁶ Cf. *Curso de Teologia Patrística I*, p. 97.

¹⁷ Cf. *Curso de Teologia Patrística I*, pp. 97-98.

¹⁸ Cf. *Curso de Teologia Patrística I*, pp. 97-98.

¹⁹ Cf. *Curso de Teologia Patrística I*, pp. 95-96.

costumes e ritos dos cristãos, que se reuniam em dias fixos, antes do nascer do sol, provavelmente no domingo de manhã, rezando e cantando louvores a Cristo como Deus, em coros alternados.

O Império romano correspondia a uma vasta soberania mediterrânica marítima e continental. Construído em torno do poder de Roma, as vicissitudes políticas e das formas de domínio de vastas regiões do mundo antigo são múltiplas, mas, sem ser exclusivo, constituiu um espaço primeiro e privilegiado para o desenvolvimento do cristianismo nos primeiros séculos.

Neste período dá-se uma relação mais próxima entre a Igreja e o mundo pagão, em que a sociedade é caracterizada como uma sociedade que valoriza a opinião pública (sociedade opiniosa). poder-se-ia considerar como uma sociedade opiniosa.

O cristianismo foi paulatinamente inserindo a cultura grega, helenística adaptando sua influência de pensamento e cultura. Foi influenciado pela cultura helenística. Em particular, o que se considera a cultura filosófica era tomada como pedagogia, como regra de vida que se adquiria junto de um mestre (quem “ensinava” – um professor). «Os mestres do pensamento vêm da Ásia para ensinar em Roma»²⁰.

Aqui, filosofia entende-se não como uma parte da ciência ou como simples disciplina, mas sim como a ciência mãe. Representa a totalidade do saber, de que todas as outras ciências dependem. Ela abrangia todo sistema do saber e os filósofos eram considerados sábios, porque estudavam e aprendiam todas as ciências. Era a cultura do pensamento grego que predominava e regia o sistema de vida e a formação das elites socioculturais. Roma, «vitoriosa em seus exércitos», nas suas batalhas e como sempre manifestando seu espírito de heroísmo, não deixou de permanecer vassala sobre a cultura e sobre a fermentação religiosa do oriente²¹. A cultura era marcada pelo saber e pela vida intelectual, o que correspondia em grande parte à «arte da filosofia».

A filosofia, em muitos casos, pretendia ser também uma escola espiritual de paz e de serenidade, e o filósofo, o orientador de consciência, mestre e guia interior²². Sendo o império uma prepotência, a sua religião circunscrevia-se como religião de Estado com característica predominante sobre outras religiões. Mesmo assim, os povos

²⁰ Cf. Hamman, *Os Padres da Igreja*, p. 27.

²¹ Cf. Hamman, *Os Padres da Igreja*, p. 27.

²² Cf. Hamman, *Os Padres da Igreja*, p. 27.

conquistados, seja com a força política de expansão do poder, seja por outra força, introduziam em norma os mais diversificados cultos e divindades, desde a África até aos países nórdicos, atravessando os povos estrangeiros. As comunidades que antes eram dirigidas pelos presbíteros ou pelos conselhos de anciãos, à semelhança da tradição judaica, com o passar dos tempos, elas próprias foram organizando os seus ministérios. Nesta perspetiva, o «cristianismo é entendido como uma revelação divina»²³, que se insere no contexto religioso e social do judaísmo, integrando o pensamento filosófico grego. Mais tarde assume as estruturas jurídicas do governo imperial, assumindo assim os seus títulos, ritos e organização institucional. Justino surge no tempo em que se dá o processo de incisão da apresentação e demonstração da fé. Nascem «as apologias, como a nova forma de apresentação e justificação da fé»²⁴.

1.3. JUSTINO: MARCOS DA VIDA DO APOLOGISTA CRISTÃO

Justino nasceu em *Flávia Neápolis*, antiga Siquém, na Samaria²⁵, atual Nablus em Israel²⁶. Segundo o papa Emérito Bento XVI, Justino é o mais importante dos padres apologistas do segundo século²⁷. O próprio Justino, na *I Apologia*, fornece alguns dados sobre a sua origem, alegando que nasceu em Flávia Neápolis, cidade da Síria, na Palestina, antiga Siquém, capital da Samaria. Diz Justino: «Em prol dos homens de qualquer raça que são injustamente odiados e caluniados, eu, Justino, um deles [cristão], filho de Prisco, que o foi de Báquio, natural de Flávia Neápolis, na Síria Palestina, compus este discurso e esta súplica»²⁸.

Sobre a data de nascimento de Justino, abundam hipóteses diferentes. Há autores, a exemplo do professor Dr. Isidro Lamelas, que situa o seu nascimento cerca do ano 100, século I²⁹. Sendo a data biográfica mais certa, a data do seu martírio, que o *Martirologio Romano* situa no dia 14 de abril de 165, sob o prefeito Rústico, que

²³ Cf. *Caminhos da Tradição Cristã*, p. 39.

²⁴ Cf. *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja primitiva*, Séc. I e II, p. 114.

²⁵ Cf. Berthold Altaner, *Patrologia*, Madrid: Editora Espasa - Calpe, S.A. 1962, pp. 75-76.

²⁶ Possivelmente fundada no ano 72, pelo imperador Vespasiano, perto das ruínas da antiga Siquém, com o nome de Flavia Neapolis (Nova cidade do imperador Flávio). A mudança do nome, para Nablus, deve-se ao facto da conquista pelos árabes, provavelmente no ano 636. Cf. Lamelas, *Justino filósofo e mártir do século II: Em defesa dos cristãos*, p. 7.

²⁷ https://pt.Aleteia.org/2020/06/01:São_Justino_e_as_sementes_do_verbo/amp. In:

Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/01/s-justino-filosofo-e-martir>.

²⁸ Justino de Roma: *I Apol.* 1, p. 19; Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, p.7.

²⁹ Isidro Lamelas, *Justino filósofo e mártir do século II: Em defesa dos cristãos*, Lisboa: Editora Paulus, abril, 2019, 1ª edição, p.7.

exerceu funções nos anos 163-167»³⁰. O certo é que Justino nasceu e cresceu numa família grega e pagã. E, para chegar à identidade do cristianismo, realizou longo percurso de busca e indagações³¹. «Flávio Justino», em latim, «Flavius Iustinus» (100-165), também conhecido por «Justino Mártir», em latim, «Iustinus Martir» ou Justino de Nablus, foi filósofo e teólogo romano no século II³².

Justino, filósofo e mártir»³³ filho de uma família greco-pagã³⁴, na sua infância, teve uma formação e educação que incluía retórica, poesia e história³⁵, pois a filosofia constituía a totalidade do sistema formativo, educativo e cultural. Ela era a mãe de todas as ciências e do saber. Os pais de Justino eram colonos abastados, de origem latina mais do que grega. A sua personalidade era marcada pela sua nobreza de carácter, com gosto pela exatidão histórica, sendo arguto no que diz respeito às lacunas da sua argumentação. Isto porque provavelmente não possuía nem a flexibilidade nem a dialética subtil própria da filosofia grega. Pelo contrário, o seu convívio com judeus e samaritanos³⁶ alimentou nele, desde bastante jovem, uma forte inquietação e avidez de saber.

Procurou e frequentou mestres da filosofia estoica, peripatética, pitagórica e, finalmente, os da filosofia platónica. Como se não bastasse, descobriu que estes sistemas filosóficos e as personalidades dos próprios mestres O desiludiram com os insucessos de seus ensinamentos³⁷, sem esquecer, segundo o seu testemunho, que um filósofo platónico lhe tinha despertado a inteligência ao estudo e compreensão das ideias. Mas, em contrapartida, estas correntes filosóficas não saciaram a sua sede. Embora houvesse maior inclinação ao pensamento platónico.

Pelo próprio testemunho de Justino, sabe-se que foi no encontro com um venerável ancião, provavelmente em Éfeso, que este, decisivamente, lhe demonstrou a insuficiência das tentativas filosóficas de perscrutar a doutrina da essência e da imortalidade da alma, despertando-lhe o interesse para o estudo dos profetas e, através deles, do cristianismo, advertindo-o de que somente pela oração perseverante se lhe abriria o caminho para o conhecimento de Deus e de Cristo meta e fim absoluto da

³⁰ Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, p. 6.

³¹ *História da Teologia: Período Patrístico*, São Paulo: Edições Paulinas, 1992, s/e, p. 14.

³² Cf. <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/justino>.

³³ Alinhado assim pela primeira vez, por Tertuliano. Cf. Adv. 5, 11.

³⁴ Cf. Berthold Altaner, *Patrologia*. Madrid: Editora Espasa - Calpe, S.A. 1962, pp. 75-76.

³⁵ Cf. <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/justino>.

³⁶ Cf. Hamman, *Os Padres da Igreja*, p. 29.

³⁷ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 2, 3-6. pp. 111-113.

filosofia. De então em diante, Justino dedicou a sua vida exclusivamente à compreensão e à defesa da fé cristã, à única filosofia fidedigna e proveitosa³⁸: o cristianismo no seu fundamento profético e crístico.

Segundo o Professor Isidro Lamelas, no mundo antigo, sobretudo para o ambiente cristão, o mais importante não era a data de nascimento nem o modo como se nascia, mas, sim, a data da morte e o modo como se morria³⁹. De acordo com este autor podem destacar-se alguns elementos básicos e cronológicos de Justino.

a) *Nascimento*: o nascimento aponta para o ano 100, em Flávia Neapoles – antiga Sicar, na Samaria. Provavelmente, pertencia a emigrantes, que emigraram para esta região por razão da destruição de Jerusalém, no ano 70. O seu pai chamava-se Prisco e o seu avô Báquio⁴⁰.

b) *Conversão*: Justino converte-se ao cristianismo entre 130 - 133, em Éfeso⁴¹, onde conhecera o ancião (a segunda maior razão da sua conversão).

c) *Residência em Roma*: Justino fixa-se em Roma, cerca de 148 e funda uma escola em que redigiu as suas obras em defesa dos cristãos, da verdade e da justiça.

d) *Redação das apologias*: Provavelmente entre os anos 150 - 155, Justino terá redigido as suas apologias que endereçou ou dirigiu ao imperador Tito Élio Adriano Antonino Pio César Augusto, ao seu filho Veríssimo, filósofo, e a Lúcio.

e) *Redação do Diálogo*: Cerca do ano 160, Justino terá redigido o *Diálogo com Trifão*. No *Diálogo*, Justino traz à tona o grande debate que travou em Éfeso com um Judeu chamado Trifão⁴². Provavelmente este debate aconteceu no ano 135, tendo Justino saído vitorioso.

f) *Data do seu martírio*: o martírio de Justino ou a sua condenação à morte, tudo aponta que ocorreu entre 14 de abril a 1 de junho de 165. Foi julgado e martirizado sob condenação sentenciada pelo Prefeito Júnio Rústico, em Roma, em companhia de seus discípulos e companheiros⁴³.

³⁸ Cf. Berthold Altaner, *Patrologia*, Madrid: Editora Espasa - Calpe, S.A. 1962, pp. 75-76.

³⁹ Cf. Lamelas, *Justino filósofo e mártir* p. 12.

⁴⁰ Cf. Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, p. 12; Justino de Roma: *I Apol.* 1, 1, p. 19.

⁴¹ Cf. Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, p. 12.

⁴² Nome próprio Trifão, pouco usual, mas utilizado em várias línguas, é um termo original do grego – *τροφή* – que significa "suavidade", "doçura"; o seu significado, não inteiramente certo de certo modo impreciso, poderia ser interpretado como "delicado", "delicioso". Certamente, a utilização por Justino deste nome exprime a seu entendimento o carácter do seu interlocutor.

⁴³ Cf. Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, pp. 12-13; *Atas do martírio de Justino e seus companheiros*.

Neste percurso de uma busca existencial e da verdade, como já foi anteriormente referido, Justino frequentou sucessivamente várias escolas: estóica, aristotélica, pitagórica e platônica⁴⁴. Porém, estas não o saciaram nem o impediram de prosseguir o seu percurso de indagação. Justino, no *Diálogo com Trifão*, fez eco desta sua trajetória:

«Eu, a princípio, nutria o desejo ardente de ser um filósofo. Procurei um estóico e passei um bom tempo com ele. Descobri que ele era incrédulo e ignorante no conhecimento de Deus e achava desnecessário este conhecimento. Por esta razão, abandonei-o. Procurei um peripatético e, frequentando-o por alguns dias, exigiu-me que lhe pagasse um salário. Por isso, também o abandonei, a ponto de nem sequer considerá-lo como filósofo. Como na minha alma ardia o fogo de conhecer a natureza da filosofia, contactei um renomado pitagórico que muito se gloriava do seu saber. *No processo* da minha admissão como ouvinte e discípulo, perguntou-me: “Já estudaste, porventura, a música, a astronomia e a geometria? Ou julgas poder contemplar alguma daquelas realidades que conduzem à felicidade, sem teres apreendido primeiro estas ciências, que desembaraçam a alma das coisas sensíveis, e a tornam apta para as inteligíveis, de modo a poder contemplar o que é belo e bom em si mesmo”? Insistindo no elogio e no estudo daquelas ciências, confessei a minha ignorância. Por isso, despediu-me. Fiquei triste e desiludido, pois tive a impressão de que ele tivesse conhecido alguma coisa. Indisposto e perplexo no longo tempo de estudo daquelas ciências, resolvi procurar os platônicos, que também desfrutavam de grande fama. Frequentei-os com máxima assiduidade e tive grandes progressos. Entusiasmei-me pelo conhecimento e contemplação das coisas incorpóreas e das ideias. Tão cedo, tornei-me um sábio, e sem demora cheguei à contemplação de Deus. Pois, este é o objetivo da filosofia platônica»⁴⁵.

Neste testemunho direto, percebemos que Justino era apaixonado pela verdade e um fogo ardente impulsionou-o a procurá-la sem hesitação. Bateu à porta de muitos mestres do saber (sábios - filósofos). Muitas vezes, dececionou-se, considerando mesmo que alguns nem sequer eram verdadeiros filósofos, porque de filósofos, diz Justino só tinham as vestes ou o pálido dos filósofos.

⁴⁴ Cf. Dr. Hugo Schlesinger; Pe. Humberto, *Líderes Religiosos da Humanidade*, Porto: São Paulo, Paulinas, tomo 1, A-J. 1986.

⁴⁵ *Justino de Roma: Diál. 2, 3-6; Hist. da Teol.*, pp. 14-15.

Segundo afirma Justino, os platônicos marcaram-no profundamente a ponto de obter bastante progresso e êxitos, e rapidamente o seu espírito elevou-se no conhecimento e contemplação das ideias e dos seres incorpóreos. Assim, percebe-se que suas ideias teológicas foram influenciadas por várias escolas, sobretudo pela filosofia platônica e estoica. Pois, o objetivo da filosofia platônica era a contemplação das ideias; e o imperativo máximo de pensamento e de vida do estoicismo era «viver segundo a natureza», isto é, «segundo a razão»⁴⁶.

Na busca da verdade, Justino procurou frequentemente o pensamento dos filósofos sobre (a verdade). Quando o encontrou, amou-o e praticou-o de coração. Conhecia-o e vivia-o no seu dia-a-dia; pois jamais procurou a verdade com intuito de não a viver. Procurava uma verdade não de ideias mas como caminho de vida. Havia lutado, viajado, sofrido, em busca do saber. Viveu até num certo despojamento. Vivendo numa natureza nobre, embalado e enraizado num apaixonamento pelo Absoluto, bem jovem, sentiu-se inclinado para a filosofia da sua época, no sentido que se lhe dava: não como especulação por diletantismo, mas sim na busca da sabedoria e da verdade que conduzem a Deus. A filosofia conduziu Justino passo a passo até ao limiar da fé. Em Naplusa, frequentou várias escolas. Com simplicidade, esperava que a filosofia platônica lhe permitisse ver e contemplar imediatamente a Deus⁴⁷.

Justino, vivendo na solidão e muitas vezes retirando-se para meditar, um dia encontrou um ancião misterioso que saciou o seu desejo de encontrar a verdade, mostrando-lhe a incapacidade de a alma humana conhecer a Deus apenas com seus próprios recursos. E somente o Cristianismo era a Filosofia Verdadeira, que responde a todas as questões sobre a verdade. A vida de Justino foi de longa peregrinação em busca da verdade⁴⁸. Como «itinerante da verdade», revestido do pálido (o manto distintivo dos filósofos gregos), peregrinou por toda a parte em busca do saber e da verdade. Em Roma fundou uma escola⁴⁹.

Na sabedoria do ancião, aderindo a ela, encontrou a paz e a tranquilidade que tanto buscava. Sem hesitar, afirma ter encontrado a resposta que tanto procurou: a verdadeira filosofia que contém e consoma a Verdade Absoluta, a qual todas as verdades têm origem e fim. Justino adere ao cristianismo como a única Filosofia

⁴⁶ Conteúdo retirado numa obra anónima, *sobre Teologia Patrística*, p. 12.

⁴⁷ Cf. Hamman, *Os Padres da Igreja*, pp. 28-31.

⁴⁸ Cf. Hamman, *Os Padres da Igreja*, pp. 27-34.

⁴⁹ Cf. *Patrologia*, pp. 75-76.

Verdadeira filosofia da Verdade⁵⁰. Até chegar a esta afirmação, Justino partiu de longe, percorreu cidades e aldeias; conheceu diferentes correntes filosóficas e teve de combater muitas ideias e pensamentos dos filósofos e do povo. Distanciou-se da sua própria cultura de origem (cultura e mundividência da religiosidade tradicional herdada) e abraçou a cultura cristã. Esta situação fez (com) que vivesse uma vida nómada e peregrina.

1.4 JUSTINO NO CRUZAMENTO DA FILOSOFIA ANTIGA E DO CRISTIANISMO

No sentido religioso, a «conversão verdadeira» consiste num ato em que a razão humana implica uma mudança total e radical, seja na conduta como na disposição moral de quem deseja abraçá-la. Ela consiste na adesão a Deus, por parte do convertido, no reencontro da criatura com o criador/Deus. Neste sentido, o ser humano nunca se converte a uma doutrina ou a uma coisa qualquer, mas sim e somente a alguém, neste caso a Jesus – o Cristo, ícone de Deus.⁵¹ Justino fala-nos com a experiência vivida do ser humano pagão convertido ao cristianismo.

Ao aderir ao cristianismo (a verdadeira ciência), livre e conscientemente, por via do testemunho recebido de outros cristãos, deixou-se batizar. O seu batismo ocorre provavelmente entre os anos 130-133, em Éfeso, no período da governação do imperador Adriano. Converteu-se ao cristianismo, na afirmação, vivência e testemunho desta verdade encontrada, fazendo-se discípulo e testemunha fiel de Cristo, no anúncio da verdade e da justiça.

«Eu próprio, quando era discípulo de Platão, escutando as acusações levantadas contra os cristãos, e vendo-os serenos perante a morte e tudo que atemoriza os homens, comecei a refletir ser impossível que tais homens vivessem na maldade e no amor aos prazeres. Na verdade, qual o homem amante do prazer, intemperante e que considere coisa boa devorar carnes humanas, poderia abraçar alegremente a morte que o vai privar dos seus bens, e não procuraria

⁵⁰ Cf. *Líderes Religiosos e humanísticos*, p. 751.

⁵¹ Cf. Marcelo Merino Rodríguez, *A Conversão Cristã em São Justino: Extrato da Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Teologia da Universidade de Navarra*, 1979, volume 20, pp. 101-109.

antes, de todos os modos, prolongar indefinidamente a sua vida presente e esconder-se dos governantes, em vez de se expor à morte?»⁵².

A coragem, o destemor, a voluntariedade e serenidade dos cristãos nos tormentos do martírio, alimentados e robustecidos de verdade e de justiça, constitui uma razão interior na conversão de Justino. Isso impele-o à conversão ao cristianismo, a viver momentos cruciais, decisivos, de despojamento, de dúvidas, de quedas e recomeços.

A conversão de Justino assemelha-se à conversão de São Paulo. Ambos se convertem na idade adulta e ao longo do caminho. São Paulo, pagão, a caminho de Damasco, perseguindo os cristãos, depara-se com a figura de Jesus Cristo, que o converte de perseguidor em pregador dos e para os cristãos (*Act.* 9). Justino, pagão, a caminho na busca da verdade, compadecendo-se com os cristãos perseguidos e condenados injustamente, depara-se com um ancião que lhe lança a seta no caminho a seguir. Converte-se ao cristianismo pela ação do Espírito Santo e constância na oração. A sua conversão suscita-nos algumas questões: Justino converte-se por vocação ou por profissão? O Senhor chamou-o ou ele próprio foi ao encontro do Senhor?... resumindo: o Senhor chamou-lhe e ele foi ao seu encontro.

Tendo em conta a passagem que diz: «Justino, sem deixar o pálio (a capa dos filósofos), continuou a ensinar a verdade e a fé a que aderiu»; diríamos que foi por profissão. Se considerarmos a figura do ancião que lhe apareceu, dando-lhe as indicações para encontrar a verdadeira ciência, este representa um profeta. Desta forma, podemos considerar que a sua conversão foi por vocação; o Senhor chamou-o por meio do profeta (o ancião), despertando nele as sementes do verbo, assim, Justino converteu-se por vocação. E a sua missão consumou-se com e no martírio. Deixou-nos o exemplo e testemunho na continuidade desta missão, segundo as suas obras.

Segundo Eusébio de Cesareia, Justino deixou um grande número de obras que testemunham uma inteligência culta e entregue ao estudo das coisas divinas, cheias de toda a utilidade e proveito⁵³. Sobre as obras de Justino, disse Eusébio, chegaram até nós:

«Um discurso dirigido a Antonino, por sobrenome Pio, aos seus filhos e ao Senado romano, em favor de nossas doutrinas. Outro que contém a segunda

⁵² *Justino de Roma: II Apol.* 12, 1-2. pp. 102-103; Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, pp. 167-168.

⁵³ Cf. Roque Frangiotti, Introdução, *Justino de Roma*, p. 11; Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, p. 13.

Apologia em favor de nossa fé, dirigido ao que foi sucessor do citado imperador e leva o mesmo nome de Antonino Vero [Marco Aurélio], cujo tempo regista-se até ao presente. Um discurso aos gregos no qual, após larga exposição discutida entre nós e entre os filósofos gregos, discute sobre a natureza dos demónios. Outro escrito dirigido aos gregos, com título: *Refutação*; Outro sobre a monarquia de Deus; que funda não só por nossas Escrituras, mas também pelos livros dos gregos. Há ainda um *Psaltès* (saltério); e outros compostos/escolhos sobre a Alma, onde, depois de expor suas opiniões relativas ao objeto de sua obra, propõe as opiniões dos filósofos gregos, que promete refutar, e expor sua própria opinião em outro escrito. Compôs ainda um Diálogo contra os judeus, travado em Éfeso com Trifão; onde manifestou a graça divina e a doutrina da fé [...]. Muitos outros trabalhos seus correm entre os irmãos e são dignos de atenção»⁵⁴.

Eusébio de Cesareia, na sua obra *História eclesiástica*, menciona oito obras da autoria de Justino. Somente três subsistem até hoje com maior impacto: Duas *Apologias* (*I e II Apol.*) e o *Diálogo com Trifão*. As apologias diz o autor que teriam sido escritas entre 150-160 e o *Diálogo*, posterior às apologias, entre 155-165.

Até nós, chegaram duas *Apologias* (*I e II Apol.*) e o *Diálogo com Trifão*. As apologias, dedicadas ao imperador Antonino Pio (governou de 138-161), tinham como finalidade defender os cristãos das acusações correntes. O *Diálogo* pretende demonstrar ao rabino Trifão a divindade e a natureza do cristianismo e a messianidade de Cristo.

Justino faz referência a um dos seus escritos, intitulado *Tratado contra todas as heresias*. «Nós mesmos compusemos uma obra contra todas as heresias que existiram até o presente»⁵⁵. Ireneu menciona um tratado *Contra Marcião*, que reconhece ser da autoria de Justino⁵⁶. Taciano, um dos seus discípulos, cita uma obra de seu mestre Justino, que infelizmente não chegou até nós⁵⁷. Depois desta viagem literária, vemos que a Justino se atribuem as seguintes obras:

⁵⁴ Roque Frangiotti, Introdução, *Justino de Roma*, pp. 11-12; Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, pp. 13-15.

⁵⁵ *Justino de Roma: I Apol.* 26, 8, p. 43.

⁵⁶ Cf. Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, p. 14; Ireneu, *Adv. Haer.* IV, 6,2.

⁵⁷ Cf. Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, p. 14; Taciano, *Or.* 18. (segundo o parecer de Isidro Lamelas), Taciano provavelmente teria citado algumas palavras transmitidas oralmente por Justino, e conservadas na sua memória. Continua Isidro, por este facto, é que Eusébio retoma a mesma citação, *Hist. ecl.* IV, 16,7.

*Primeira e Segunda (I e II) Apologias, Diálogo com Trifão, Tratado contra todas as heresias, Contra Marcião, Discurso aos Gregos, Refutação, Sobre a monarquia de Deus, Sobre a alma e Saltério*⁵⁸.

A *Primeira Apologia* é dedicada ao imperador Tito Élio Adriano Antonino Pio César Augusto, ao seu filho Veríssimo, filósofo e a Lúcio, filho natural de César, filósofo e filho adotivo de Pio, amante do saber, ao sacro senado e a todo o povo romano⁵⁹.

Nesse dispositivo dedicatório, Justino faz uma súplica: «Em prol dos homens de qualquer raça que são injustamente odiados e caluniados, eu, Justino, um deles, filho de Prisco, que o foi de Báquio, natural de Flávia Neápolis na Síria Palestina, compus este discurso e esta súplica»⁶⁰. Esta súplica, Justino, sem indícios de interesse, de satisfação, de benevolência, de palavras dóceis e suaves, sem bajulação, a faz pela verdade e pela justiça, pedindo que os cristãos fossem e sejam julgados e condenados segundo os ditames da lei. O autor discorda e combate as injustas acusações e injusta condenação dos cristãos. Porque, segundo ele, mesmo que houvesse crimes dos mais horríveis que lhes fossem imputados, não eram punidos segundo os crimes, mas sim pelo nome de cristãos. O quer dizer que, se um cristão quisesse ser absolvido, bastava negar a identidade cristã. E, caso contrário, quem professasse essa identidade era punido sem recorrer a outro julgamento. Por isso, Justino defende que a justiça existe e deve ser examinada severa e criteriosamente relativamente ao acusado, para que os castigos fossem e sejam de acordo com os crimes cometidos e não simplesmente impostos pelo nome de cristão. «Não se deve condenar o nome Cristão»⁶¹. Isto é, Justino não se opõe à aplicação da lei em relação a crimes praticados, opõe-se irredutivelmente à condição de culpabilidade pelo simples facto de se ser cristão, a uma discriminação baseada no prejuízo e não na verdade dos factos.

Por isso, diz Justino: «Se forem culpados, sejam punidos, não como cristãos, mas como malfeitores. Se forem inocentes, sejam absolvidos como cristãos. Se falamos desta maneira, é por vós mesmos, porque está em nós a possibilidade de poder escapar de vossas perseguições. Basta negar que somos cristãos. Mas não queremos viver na

⁵⁸ Lamelas, *Justino filós e mártir*, p. 14.

⁵⁹ Cf. *Justino de Roma: I Apol.* p. 19.

⁶⁰ Cf. *Justino de Roma: I Apol.* p. 19.

⁶¹ Cf. *Justino de Roma: I Apol.* p. 21; Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, p. 54.

mentira, porque aguardamos pela recompensa da vida eterna e aspiramos à convivência notável com Deus Senhor e Pai do universo»⁶².

Por meio de Eusébio, também sabemos que, na *Primeira Apologia*, Justino responde a três acusações correntes contra os cristãos, feitas nestes termos:

1. Os cristãos eram acusados de *um certo «ateísmo»*, isto é, de se absterem do culto do Estado, ou seja, de não praticarem a teologia civil, mas uma fé em Deus sem imagens⁶³.

2. Os cristãos eram acusados de *«impudícia»⁶⁴*, isto é, de incesto (*I Apol.* 26).

3. Os cristãos eram acusados de *ter feito banquetes tíescos, isto é, de praticarem um infanticídio como culto⁶⁵*.

Estas acusações eram, à época, consideradas como relativas a «crimes contra a sociedade, contra a ordem social teoricamente fundada sobre estes tabus». Justino respondeu a estas questões nos seguintes termos:

«Não somos ateus: tratando-se desses supostos deuses, confessamos ser ateus. Mas, não, porém, do Deus verdadeiríssimo, pai da justiça, do bom senso e das outras virtudes, no qual não há mistura de maldades. A Ele e ao Filho que dele veio e nos ensinou tudo isso, ao exercício dos outros anjos bons, que o seguem e lhe são semelhantes, e ao Espírito profético, nós cultuamos e adoramos, honrando-os com razão e verdade, e ensinando generosamente, a quem deseja conhecer o mesmo que aprendemos»⁶⁶.

Vaidade da idolatria: «Também não honramos, com muitos sacrifícios e coroas de flores, esses que os homens, depois de dar-lhes formas e colocá-los nos templos, chamam de deuses. Sabemos que são coisas sem alma e mortas, que têm forma de Deus. Nós não cremos que Deus tenha semelhante forma que alguns dizem imitar para tributar-lhes honra»⁶⁷.

Justino, refletindo e analisando criticamente as acusações e morte sucessivas dos cristãos (homens inocentes), de modo absolutamente injusto, atribui essa injustiça às obras de instigação demoníaca.

⁶² Cf. *Justino de Roma: I Apol.* p. 24; *História da Teologia: Período Patrístico*, pp. 16-18.

⁶³ Cf. *História da Teologia: Período Patrístico*, p. 16; *Justino de Roma: I Apol.* 6, 1-2, p. 23.

⁶⁴ *História da Teologia: Período Patrístico*, p. 16.

⁶⁵ *História da Teologia: Período Patrístico*, p. 16.

⁶⁶ *Justino de Roma: I Apol.* 6, p. 23.

⁶⁷ *Justino de Roma: I Apol.* 9, p. 25.

Tal atuação já acontecera com Sócrates que, por meio da razão do verbo ou da palavra, tencionara eliminar a superstição. Fizeram-no morrer como ateu, e por tentativa de introduzir novos deuses. O mesmo acontece com os cristãos. Pois, diz Justino que a razão, verbo ou palavra condenou este culto dos demónios entre os gregos por Sócrates. «Esta condenação foi proclamada ainda entre os bárbaros, pela mesma razão, palavra ou verbo, tornado homem em Jesus Cristo. Como cremos nesta palavra e não tememos chamar demónios impuros aos autores de todos estes males, passamos por ateus. Para eles, somos ateus, mas não para Deus verdadeiro, o Pai da justiça, da castidade e das outras virtudes. Porque nós O adoramos em espírito e em verdade. Nós O adoramos conjuntamente com o Filho que saiu dele e ensinamos estas coisas [...] Nós O adoramos conjuntamente ainda com o Espírito Profético»⁶⁸.

Justino, nesta apologia, também procura provar a natureza divina de Cristo, baseando-se nas profecias do Antigo Testamento. Elaborando simultaneamente os principais aspetos do culto cristão na época, no que se refere à tradição cristã, faz a primeira descrição do Batismo, descrevendo a sua preparação, o seu ritual e o seu significado⁶⁹.

A segunda apologia (*II Apol.*) (considerada continuidade ou suplemento da primeira) é dirigida a todo o povo romano. «Romanos, o que aconteceu ultimamente em vossa cidade sob Urbico e o que os governadores estão a fazer, sem razão, em todo o império, forçou-me a compor o presente discurso em vosso favor»⁷⁰. Justino apela ao povo romano e seus chefes a abandonarem o mau procedimento, adverte e chama à razão ao todo povo romano e seus governantes pelo seu mau agir, pelos atos irracionais, perante a excessiva perseguição, acusações e mortes constantes em todo o Império. Evoca o carácter universal de irmandade e igualdade entre todos homens: «Sois da mesma natureza e irmãos nossos [...], o facto é que em todas as partes há gente disposta a nos levar à morte»⁷¹. Neste foco, Justino faz a narração, ou melhor, conta o episódio de «Um drama doméstico»⁷². Estabelece a Teologia do Verbo e suas sementes. Nesta apologia, responde a duas grandes questões que os pagãos dirigem aos cristãos:

⁶⁸ Cf. *História da Teologia: Período Patrístico*, pp. 16-17.

⁶⁹ Hamman, *Os Padres da Igreja*, p. 33.

⁷⁰ *Justino de Roma: II Apol.* 1, p. 91.

⁷¹ Cf. *Justino de Roma: II Apol.* 2, 1-20, pp. 91-93.

⁷² Cf. *Justino de Roma: II Apol.* 2, pp. 91-93. O drama sobre a acusação e condenação de Urbico e sua esposa, durante o seu julgamento.

1. Por que razão os cristãos não se tiram a vida por si, para chegarem mais depressa ao seu Deus?

2. Por qual motivo Deus, seu protetor, os deixa matar e assassinar, às vezes de maneira cruel? Justino responde com os seguintes argumentos: *o suicídio não é lícito*: «para que não se diga: matai-vos uns aos outros, e ide de uma vez para o vosso Deus, e não nos incomodeis mais». Nós aprendemos que Deus não fez o mundo por acaso, mas por causa do género humano e se compraz com os que seguem as suas leis e preceitos. E desagrada-se com os que praticam a iniquidade. Portanto, se nos matássemos seríamos culpados e responsáveis pelo desaparecimento do género humano e agiríamos de modo contrário ao desígnio de Deus.

Justino afirma que, ao sermos interrogados sobre a nossa identidade cristã, não gamos que somos cristãos pelo facto de nós (cristãos) não termos consciência de ter cometido crime algum, pelo contrário, consideramos impiedade não sermos em tudo verazes. Sabemos que isso agrada a Deus, e apressamo-nos em livrar-nos de vós da injusta preocupação contra nós⁷³. «O testemunho dos mártires prova a inocência dos cristãos»⁷⁴.

O ser humano é centro do mundo: sendo a criação obra da bondade e do amor infinito de Deus, manifesta e revela o amor infinito de Deus para com a humanidade, e o ser humano torna-se o «*lugar*» privilegiado entre o mundo e o Logos mediador universal⁷⁵. O mundo é criado para o ser humano: sendo o mundo feito para os homens, sendo o homem o ser que entra em relação com Deus, mediante o Logos, o mediador universal. É ele que estabelece o diálogo entre o Homem e Deus. Deste modo, o Homem, situando-se dentro do mundo, torna-se instância de comunicação entre Deus e o mundo⁷⁶. No seu pensamento, o homem surge como o lugar de encontro entre o mundo e o logos⁷⁷.

Justino afirma que os homens «purificados na alma de toda perversidade» segundo a prescrição do Logos, dão «graças a Deus por ter criado o mundo e tudo o que nele se contém»⁷⁸.

⁷³ Cf. *Justino de Roma: II Apol.* 3(4), p. 94

⁷⁴ Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, pp. 167-168.

⁷⁵ *Curso Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, p. 126.

⁷⁶ Cf. *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, pp. 126-127.

⁷⁷ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, p. 127.

⁷⁸ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, p. 127; *Justino de Roma: Diál.* 41,1, p. 170.

Por último, isto é instigação dos demónios⁷⁹ responde Justino. Tendo Deus feito o mundo inteiro, submetido as coisas terrestres aos homens e ordenado os elementos do céu, impondo-lhes também uma lei divina para o crescimento dos frutos e variação das estações – os quais também claramente ele faz para os homens, entregou-o, assim como as coisas sob o céu, aos cuidados dos anjos que para isso designou⁸⁰.

Confrontando-se com o seu percurso, Justino também desenvolve a teologia do verbo e das suas sementes, argumentando:

«Quando eu seguia a doutrina de Platão, ouvia as calúnias contra os cristãos. Ao ver como iam intrepidamente à morte e a todo que se tem por espantoso, pus-me a refletir ser impossível que tais homens vivessem na maldade e no amor dos prazeres. Porque qual homem, amante do prazer, intemperante e que tem por coisa boa devorar carnes humanas, poderia abraçar alegremente a morte, que o priva de seus bens, e não trataria antes por todos os meios, de prolongar indefinidamente sua vida presente e ocultar-se aos governantes; quanto menos sonhar em deleitar-se a si mesmo para ser morto?»⁸¹.

O Diálogo com Trifão: é considerado um documento de grande porte do Novo Testamento. Para a Igreja do século II, trata-se de um problema real e de grande interesse, isto é, a questão da relação entre o Antigo e o Novo Testamento. Neste documento, Justino trata da derrogação da lei antiga e do advento da nova; a messianidade e a divindade de Jesus Cristo, o cumprimento das Escrituras e figuras do Antigo Testamento. É uma disputa que, provavelmente, se prolongou por dois dias entre Justino e um sábio judeu chamado Trifão⁸². No parecer de B. Altaner, a sua composição é paralela à data da *I Apologia*, pelo facto de esta ter sido citada no capítulo 120⁸³. No *Diálogo*, Justino estabelece a importância do Antigo Testamento como fonte credível (insuspeita), que prova o cristianismo como a verdadeira religião e Jesus Cristo, o verdadeiro Messias e verdadeiro Deus.

Este *Diálogo* contém a relação que Justino faz a Marcos Pompeu sobre a entrevista que tivera em Éfeso com o judeu letrado e liberal chamado Trifão. Conta o

⁷⁹ Cf. *Justino de Roma: II Apol.* 4(5), p. 94.

⁸⁰ Cf. *Justino de Roma: II Apol.* 4(5), pp. 94-95.

⁸¹ Cf. *História da Teologia: Período Patrístico*, p. 18; L'Abbé ROHRBACHER, *Histoire Universelle de L'Église Catholique*, v. Paris, Gaume Frères Libraires, 1843 pp. 74-85.

⁸² Cf. *Justino de Roma: Introdução, Diálogo com Trifão*. p. 107.

⁸³ Cf. *Justino de Roma: Introdução, Diál.* p. 108.

itinerário da sua conversão ao cristianismo. Provocado pela incredulidade irónica do judeu e de seus companheiros, Justino propôs-lhes demonstrar pelas Escrituras a legitimidade da abolição da lei, a preexistência da encarnação e da ressurreição de Cristo, a vocação dos gentios e a razão de ser da Igreja.

Passo a passo, esclarece como a lei dos judeus dada por Moisés era transitória e já tinha sido abolida por Jesus Cristo. Justino percebe que Deus transmitiu os preceitos aos judeus pelo ministério de Moisés por causa da dureza dos seus corações, como freio, para poder mantê-los distanciados do culto dos ídolos, ao qual tinham inclinação extrema (N 67). Deus tinha prometido nas Escrituras a instituição de um novo Testamento, além daquele que foi publicado no monte Horeb. Esta aliança nova devia ser promulgada, não mais como a antiga, que foi por meio de trovões e relâmpagos, mas sim de forma suave e própria, a fim de nos fazer discernir as regras invariáveis da justiça dos preceitos dados a um só povo para subjugar o seu orgulho e conter assim a exaltação de seu carácter. Contudo, já estava claro que ela fora abolida, pois havia sido substituída pela lei universal no coração dos fiéis que direta ou indiretamente preferiam sofrer os mais cruéis suplícios para não a violar.⁸⁴

«O que duvidamos, (diz Trifão), é se se pode verdadeiramente demonstrar que, segundo as profecias, Cristo, o Messias, devia sofrer uma morte tão cruel, vergonhosa e tão infame como a da cruz, uma vez que os livros sagrados apontam uma maldição contra os que são condenados a esse gênero de suplício na cruz?»⁸⁵

Justino demonstra e prova o mistério da cruz com textos das Escrituras, um comentário do *Salmo 21* onde vê preditos, evidentemente, o mistério da Paixão e crucifixão do Messias, que tanto Trifão como os seus companheiros ousaram. Mostra que também os pagãos são chamados a ser parte da Igreja, isto é, refere-se à *Vocação dos gentios à salvação em Jesus Cristo*.

⁸⁴ Cf. *História da Teologia: Período Patrístico*, pp. 18-19.

⁸⁵ Cf. *Justino de Roma: Diál. 89, 2; História da Teologia: Período patrístico*, pp. 19-20.

1.5 CRISTIANISMO COMO PEDAGOGIA E REGRA DE VIDA

Justino Valoriza a grandiosidade do cristianismo e a sua elevada qualidade virtuosa. Aqui, Justino rompe a cultura do saber; dedicando-se ao empenho de eliminar as especulações gnósticas, as falsificações da filosofia e da fé⁸⁶. Implementa nova forma de pensamento, no qual o cristianismo ganha espaço e torna-se tema central das discussões.

Depois do batismo, sem deixar a sua intrínseca vocação de filósofo, carimbou e selou a sua vida com o cristianismo. Mergulhou na piscina da verdade e acorrentou-se aos pés de Cristo. Orgulhoso e satisfeito do seu saber, que recebeu de Cristo, fundou uma escola em Roma, e continuou a ensinar, a transmitir e a testemunhar ardentemente essa Verdade incontestável, que era bom para todos os homens. Assim sendo, Justino, depois de se ter feito cristão, primeiro em Éfeso e prosseguindo depois em Roma a sua atuação, por volta do ano 150, fundou uma escola cristã, cujo conteúdo pedagógico era Cristo e a sua doutrina. Durante o interrogatório do martírio (de Justino e seus companheiros), diz que morava na capital do império, perto das Termas de Timóteo, na casa de um homem chamado Martinho. Implementou aí uma escola em que ensinava a filosofia de Cristo⁸⁷.

O sucesso de seu ensinamento muitas vezes consistia na demonstração fervorosa da fé cristã, com o objetivo de converter judeus e pagãos, levando pessoas com autoridade pública e intelectuais da época a reconhecer e a aderir direta ou indiretamente ao cristianismo. Assim como a autoridade de Jesus foi posta em causa pelos judeus e doutores da lei diante das autoridades romanas, assim o martírio de Justino suscitou um impacto e uma aceleração da sua influência intelectual e como testemunho, suscitando nas autoridades romanas apreciações tímidas e receosas⁸⁸.

Justino faz-se discípulo, testemunha da verdade e da justiça e anunciador incansável da mensagem de Cristo e dos seus ensinamentos entre os estudiosos pagãos e entre todos que quisessem receber tais ensinamentos⁸⁹. Escreve, ensina e fala de Deus, que finalmente conheceu mediante as categorias e a linguagem dos filósofos⁹⁰. Afirma

⁸⁶ *História da Teologia: Período Patrístico*, p. 14.

⁸⁷ Cf. Hamman, *Os Padres da Igreja*, p. 30.

⁸⁸ Cf. Hamman, *Os Padres da Igreja*, pp. 29-32.

⁸⁹ Cf. <https://pt.Aleteia.org/2020/06/01/são-Justino-e-as-sementes-do-verbo/>:

Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/01/s—Justino—filósofo-e-mártir>.

⁹⁰ Cf. <https://pt.Aleteia.org/2020/06/01/são-Justino-e-as-sementes-do-verbo/>:

Justino: «*Não queremos mentir*». Embora haja em nós a possibilidade de negar, mas não queremos viver na mentira, porque desejando a vida eterna e pura, aspiramos à convivência com Deus Pai e artífice do universo. É exatamente isso que aprendemos com Cristo e ensinamos⁹¹. Estamos num tempo em que se começa a registar a inserção ou adesão ao cristianismo. A *Carta dos mártires de Lyon* e a *Carta a Diogneto* são dois documentos que nos dão alguns pressupostos sobre tal comportamento e respetiva influência.

a) **CARTA DOS MÁRTIRES DE LYON**: Os mártires de Lyon, em 177, sob Marco Aurélio, são conhecidos por meio de uma carta dirigida pelos «servidores de Cristo que peregrinam em Viena e Lyon na Gália, aos fiéis que estão na Ásia e Frígia»⁹². Esta carta, em grande parte conservada por Eusébio, relata a vida dos mártires na prisão, no julgamento e no martírio. É um documento valioso, no que concerne à vida social dos cristãos. Nela, encontra-se o seguinte testemunho: «Nós somos não somente expulsos das casas, dos banhos, da praça pública, mas ainda nos dizem absolutamente de aparecer onde quer que seja»⁹³. Destas afirmações se podem sublinhar os seguintes aspetos:

1. A existência de um relacionamento entre cristãos e pagãos, nas cidades, até ao ponto de se visitarem mutuamente como amigos.

2. A frequência dos cristãos nos banhos, e lugares públicos, o que indica uma mudança de mentalidade dos cristãos, no que diz respeito aos costumes vigentes neste século I.

3. A expulsão dos cristãos da praça pública (fórum), lugar de encontro, centro da vida política da cidade, remete para uma dimensão social-política da relação entre cristãos e pagãos.

b) **CARTA A DIOGNETO**: é um breve documento da antiguidade cristã, cujo autor, data e origem constituem ainda objeto de discussões. É dedicada a um ilustre personagem pagão, Diogneto. Composta por 12 capítulos e uma exortação final, situa-se entre as mais belas apologias do cristianismo relativamente ao judaísmo e ao

Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/01/s-Justino-filosofo-e-martir>.

⁹¹ Cf. *Justino de Roma: I Apol.* p. 24.

⁹² Cf. *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, p. 98-99; Eusébio de Cesareia, *Hist. Ecl.* V, 1,1-63; 2,2-6; *Schr* 41, pp. 6-25.

⁹³ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, p. 98; Eusébio de Cesareia, *Hist. Ecl.* v, 1,5.6, p.7.

paganismo. Alguns autores datam-na da segunda metade do século II. É atribuída a Panteno, predecessor de Clemente de Alexandria.

Sobre a inserção ou adesão ao cristianismo na sociedade, a carta fala do «cristão, alma do mundo»⁹⁴. «O que é a alma no corpo, são no mundo os cristãos»⁹⁵. A carta concita Diogneto a ver nos discípulos de Cristo a igualdade entre todos. Os cristãos espalhados pelas cidades gregas ou bárbaras sem distinção dos outros, segundo lhes cabe a sorte, conformam-se aos costumes locais, no vestir, na alimentação e na forma de viver. Obedecem às leis estabelecidas, superando-as, todavia, pela vida. Por isso, a *Carta a Diogneto* declara o seguinte: «Toda a terra estranha é pátria para eles e toda pátria, terra estranha»⁹⁶. Submetem-se às instituições locais na liberdade de filhos de Deus, e nada os pode impedir de serem «cidadãos do céu».

Em suma, «o que a alma é no corpo, os cristãos o são no mundo»⁹⁷. São pessoas inseridas na sociedade, sem distinção dos outros, usam e desfrutam das mesmas coisas do mundo, embora seja radicalmente exigida a cada instante uma opção fundamental e decisiva. Deus destinou-lhes um lugar de honra. Por isso, quem aceita acolhe Cristo, quem recusa é a Cristo que recusa. Eles podem ser de facto chamados mártires, e testemunhas da verdade⁹⁸.

O mundo pagão, na altura, não era entendido como irreligioso ou antirreligioso. Pelo contrário, no mundo pagão toda a vida é explicada por e povoada de deuses, com um referencial «divino». A vida era regida num «*pandemónio*». Por esta razão, possivelmente, os intelectuais desta época distanciaram-se das diversas formas de religião popular. As perseguições surgem quase sempre da reação popular, culpando e acusando os cristãos pela rotura da paz de Deus, «*pax deorum*», e rejeição de cumprir os ritos da religião oficial do império. «As minorias» eram quase obrigadas a inserir-se ou a diluir-se na cultura dominante. Pelo contrário, eram um alvo preferido da intolerância popular, que considerava o «estranho», «hostil», suspeito perigoso. Os Cristãos, «*uma minoria*», foram sempre acusados pelas massas populares de práticas rituais secretas, de relações de incesto, de prestar culto a um Deus com forma de asno e muitas outras acusações⁹⁹. Nesta época, o ambiente cristão dentro da Igreja era marcado por uma fase

⁹⁴ *Carta a Diogneto*, p. 99.

⁹⁵ *Carta a Diogneto*, p. 99.

⁹⁶ *Carta a Diogneto*, p. 100.

⁹⁷ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, p.100.

⁹⁸ Cf. *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, pp. 99-101.

⁹⁹ Cf. *Sebenta*, pp. 6-13.

crítica. A tradição mal acabava de nascer. É bem provável que Justino, em Éfeso, tenha encontrado cristãos que viram e ouviram João, o vidente, que dista da vida de Jesus cerca de cem anos.

Justino adere ao cristianismo muito entusiasta e ainda jovem. De uma fé ardente e contagiosa, muito cedo procurou, mediante o seu pensamento, formular a sua doutrina. Os seus argumentos coincidiam com a sua racionalidade e o objetivo de seus escritos era manifestar e defender a fé a que livremente aderira. Como consequência deste impacto de Justino, duas coisas mudaram: A Igreja atinge o público culto: muitos filósofos e patrícios convertem-se e pedem o batismo. Nesta altura, a expansão cristã provoca críticas e gracejos por parte dos escritores pagãos e acusações caluniosas da multidão. Os cristãos respondiam a tais antagonismos com a juventude da sua fé: «Nada de literatura, o que vale é a vida», dizia Minúcio Félix. Justino faz-lhe eco: «Atos e não palavras». O Evangelho difundia-se rapidamente. Ganhava espaço e adesão de muita gente. Os mundanos, sentindo-se invadidos e enciumados para deterem os cristãos, acusavam-nos de adorarem um Deus com cabeça de asno, de se entregarem à devassidão e de participarem nos festins de antropófagos. Os filósofos e retóricos lançavam o descrédito sobre esses concorrentes incómodos¹⁰⁰.

O cristianismo, antes de ser uma doutrina, é a vida incarnada numa pessoa – o verbo encarnado e crucificado em Jesus¹⁰¹. O termo «*Filosofia*» aparecerá, neste contexto, como «Sabedoria pagã», que conservara durante séculos. Mesmo ainda nos séculos posteriores, os termos «*santos*» e «*filósofos*» significarão a oposição entre as conceções do mundo elaborados por homens privados das luzes da fé cristã e a dos padres da Igreja falando em nome da revelação cristã. Muitos desses padres se converteram ao cristianismo bastante tarde e, depois de terem recebido uma formação e educação grega, estavam inclinados numa orientação mais «diplomática» com a filosofia quando esta servia muitas vezes como auxílio para a busca de Deus¹⁰².

Justino procurou desenvolver o diálogo com judeus e pagãos. Para ele, o cristianismo mais do que uma doutrina é «uma pessoa», o Verbo encarnado e

¹⁰⁰ Hamman, *Os Padres da Igreja*, p. 27

¹⁰¹ Cf. Hamman, *Os padres da Igreja*, pp. 27-34

¹⁰² Cf. Revista *Ideação*, N.º 40, julho/dezembro 2019. Paulo Sérgio Dantas Vasconcelos, *Helenismo e Cristianismo Primitivo: Encontros e Confrontos*.

crucificado em Jesus Cristo¹⁰³, caminho, verdade e vida. Aqui, Justino completa a definição do cristianismo dando-lhe assim mais vigor e concretização.

Jaeger afirmou que a importância decisiva do cristianismo na sua afirmação como religião universal é fruto do processo de três séculos caracterizados pela expansão e cultura grega desenvolvida pelas conquistas de Alexandre¹⁰⁴.

Para Justino o autêntico pensamento filosófico, é Cristo, o Verbo de Deus, autor de todo conhecimento que ilumina todos os homens com o conhecimento da verdade. Considerando Moisés (o filósofo maior), todos os filósofos receberam tal saber. Os cristãos não têm porque invejá-los, pois, possuem o próprio Verbo de Deus.¹⁰⁵

Com a sua teoria do *spermatikós*, lança a ponte entre a filosofia antiga e o cristianismo. Em Cristo, o Logos divino apareceu em plenitude; mas cada homem possui, no seu intelecto, um germe «*sperma*» do Logos, que lhe permite a participação do próprio Logos, com a aptidão de apreender a verdade, entre os judeus, nos profetas; e entre os gregos, em Heraclito e Sócrates. Justino é do parecer que a verdade dos poetas e filósofos gregos derivava da antiga literatura judaica, sendo Moisés o mais antigo dos escritores. E os ensinamentos dos filósofos, de acordo com a razão, já eram cristãos antes de Cristo. Depois da vinda de Cristo ao mundo, os cristãos possuem a verdade íntegra e plena¹⁰⁶. Todavia todo este percurso intelectual e espiritual não deixa de abraçar os elementos do pensamento antigo que marcaram a sua formação inicial e que marcavam as diversas formas de entendimento com os quais os cristãos conviviam necessariamente.

O cristianismo, depois do édito de tolerância de Constantino (o Édito de Milão) em 313, baseado no princípio «um Deus no céu, um imperador na terra», o que garantiu liberdade para cultuar qualquer deus, o que seria fundamental para a futura conversão total do império à religião¹⁰⁷, tornou-se religião oficial no império romano em 380, por ordem do imperador Teodósio I, que promulgou o Édito de Tessalónica. Um outro período se abre a partir deste século IV. Nos séculos anteriores, os cristãos foram, durante muito tempo, impopulares certas regiões do império e em Roma por não aceitarem o culto público do Imperador, por fidelidade a Jesus; o que era encarado

¹⁰³ Cf. Hamman, *Os Padres da Igreja*, p. 27.

¹⁰⁴ Cf. Revista *Ideação*, N.º 40, julho/dezembro 2019, Paulo Sérgio Dantas Vasconcelos, *Helenismo e Cristianismo Primitivo: Encontros e Confrontos*.

¹⁰⁵ Cf. Hamman, *Os Padres da Igreja*, pp. 25-30.

¹⁰⁶ Cf. *Patrologia*, p. 79; *Justino de Roma: I Apol.* 46, 1-6. pp. 61-62.

¹⁰⁷ Cf. *Redação mundo estranho*. 4 julho. 2018. 20h 28 – publicado em 18 abril. 2011. 18h56.

como um ato de subversão. Isso gerara muita antipatia, muita denúncia e perseguições. Na história dos primeiros séculos, os cristãos foram postos à prova de muita maneira, derramando muito sangue e experimentando muita violência e sofrimento.

SEGUNDO CAPÍTULO

ASPETOS CENTRAIS DO PENSAMENTO TEOLÓGICO DE JUSTINO

A compreensão do pensamento teológico de Justino no panorama identitário da vida da Igreja e do mundo em geral obriga a uma contextualização religiosa que o influenciou na redação de suas obras e no seu agir em duas realidades diferentes, mas concretas: por um lado, no mundo pagão e, por outro, no mundo judaico. No mundo pagão, Justino apresenta a relevância da *Bíblia* e o valor argumentativo profético. No mundo judaico, apresenta o inesquecível *Diálogo* que teve com o judeu chamado Trifão, mostrando e superando as controvérsias e objeções dos judeus sobre a messianidade de Jesus já anteriormente profetizadas. Esta apresentação centra-se nas obras do próprio apologista, isto é, nas suas *Apologias* e no *Diálogo com Trifão*.

2.1 APOLOGIAS E DIÁLOGO COM TRIFÃO: PATRIMÓNIO TEOLÓGICO DO SÉCULO II

Os principais temas apologéticos de Justino orientam-se: no confronto com o mundo pagão e no confronto com o mundo judaico. No mundo pagão, Justino, por um lado, mostra que a *Bíblia* é a fonte de toda sabedoria, cujo porta-voz e mestre de todos os sábios é Moisés. Para Justino, embora Platão seja um reputado pensador grego, não deixa de ser discípulo de Moisés. Por outro lado, pelas profecias, Justino prova que Jesus Cristo, fundador da Igreja Cristã, é Filho de Deus, enviado para reestruturar a humanidade. E o cristianismo é revelação de Deus¹⁰⁸.

A problemática abordada no *Diálogo com Trifão* constitui o tema central e principal do debate entre Justino e Trifão. Este, segundo o historiador Eusébio, teria sido o mais célebre dos hebreus daquele tempo. Porém, hoje considera-se Trifão não como um personagem histórico, mas um protótipo dos Judeus, personagem criada para o efeito apologético requerido.

«Disse Trifão: Homem, as Escrituras nos obrigam a esperar como glorioso e grande aquele que recebeu do Ancião dos dias, como Filho de Homem, o reino

¹⁰⁸ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, p. 16.

eterno. Em troca, esse que chamais de Cristo viveu desonrado e sem glória, a ponto de cair sob a extrema maldição das leis de Deus, pois foi crucificado»¹⁰⁹.

Sobre a messianidade de Jesus Cristo, Justino interpreta as profecias como anúncio de Jesus, o verdadeiro Messias. Busca na Sagrada Escritura o que os judeus suprimiram por causa da morte de Jesus na cruz. Por isso, não utiliza muito a *Bíblia* judaica, mas a Septuaginta (a versão grega). Nas antologias, por exemplo, encontram-se as provas messiânicas de Cristo, os textos anti-sacrificiais, etc., o que reflete as intermináveis discussões com o mundo judaico.

O sinal da cruz que se encontra prefigurado em todo o Antigo Testamento, na prece de Moisés e na serpente fixada num poste no deserto, representa o sofrimento e a cruz de Cristo.

O *salmo 21*, diz Justino, anuncia o Cristo Messias sofredor e crucificado. Assim, como Justino, grande parte dos santos padres afirmam que as epifanias documentadas no Antigo Testamento são epifanias de Cristo e manifestações de Deus em seu Filho.

O pensamento teológico de Justino evoca um caráter universalista da humanidade, em que vê o Verbo único, o «*Logos*» de Deus revelado a todos, aos gregos como aos bárbaros. A razão universal é como a primeira manifestação desse «*Logos*», na encarnação.

Deste modo, em todo o homem encontra-se uma razão que participa da razão divina, como semente criada pelo Verbo incriado, transcendente, espiritual e pessoal «porque a semente do Verbo é inata e se encontra ingénita em todo o género humano»¹¹⁰, «quer se trate de Platão, quer de Sócrates, ou dos estóicos [...], cada um deles pode estar no caminho da salvação pela sua participação do Verbo Divino disseminado»¹¹¹. Todos conheceram, embora confusa e insuficientemente, a verdade da qual só o cristianismo nos deu, e é capaz de nos dar em plenitude da verdade que forneceu. Por isso, diz Justino que «a nossa doutrina»¹¹² ultrapassa toda a doutrina e todo o conhecimento humano, pelo facto e simples razão de que temos e possuímos o Verbo todo na totalidade¹¹³.

¹⁰⁹ *Justino de Roma: Diál.* 32, 1, p. 156.

¹¹⁰ Cf. *Justino de Roma: II Apol.* 8,1, p. 98.

¹¹¹ Cf. *Justino de Roma: II Apol.* 8, 3-5, p. 98.

¹¹² Justino está a referir-se à religião cristã ou ao cristianismo.

¹¹³ Existe uma notável diferença entre o verbo inteirinho/inteiro e o verbo seminal. O verbo inteiro é ingénito e inefável, é o próprio Cristo, ao passo que o verbo seminal é aquela participação que habita nos

«O próprio Cristo que apareceu e manifestou-se por nós, tornando-se corpo, verbo/razão e alma. Todos os princípios justos que os filósofos e legisladores descobriram e expressaram devem àquilo que encontraram e contemplaram parcialmente do Verbo. E não tendo conhecido tudo sobre o Verbo que é Cristo, se contradisseram frequentemente»¹¹⁴.

Por este caminho, Justino descobriu que a verdade é absolutamente una, e sendo ela una, tem como fonte única o Verbo divino encarnado em Jesus Cristo. Nesta perspectiva, para o autor existem dois caminhos que conduzem a esta verdade. O primeiro, que parte da razão e da experiência naturais sobre as quais se apoia a filosofia. O segundo, que parte da revelação, do objeto de fé sobre a qual se estabelece a doutrina cristã. Assim, a fé também completa a razão, pondo-a de pé e em firmeza. Contudo, a fé ultrapassa a razão e abre o verdadeiro caminho em direção ao Verbo total, do qual ela é expressão fragmentária e semente vital¹¹⁵.

«E os que antes de Cristo tentaram na medida de suas forças humanas investigar e demonstrar as coisas de um modo conforme ao Verbo foram levados aos tribunais como ímpios e amigos de novidades. Sócrates, o mais empenhado, entre eles, foi acusado dos mesmos crimes que nós, de introduzir novos deuses, por não reconhecer os que a cidade cultuava; mas a verdade é que, expulsando da república a Homero e aos outros poetas, ensinou os homens a rechaçarem os maus demónios que cometera as abominações referidas pelos poetas, ao mesmo tempo que os exortou ao conhecimento de Deus – para eles desconhecido – por meio da investigação racional dizendo: “Ao Pai e artífice do universo não fácil de se achar, nem depois que o achamos é fácil dizê-lo a todos”. Foi isso justamente o que nosso Cristo fez por sua própria virtude»¹¹⁶.

Na sua perspectiva, ninguém terá dado crédito a Sócrates até que deu a vida pelas suas convicções, mas em Cristo, em parte conhecido por Sócrates, foi o Verbo que está em tudo. Foi ele quem pelos profetas predisse o que há de vir e que, fazendo-se de nossa natureza, por si mesmo nos ensinou essas coisas – a Cristo, diz o autor, não só deram

homens, especialmente nos sábios. Cf. Justino de Roma: *I e II Apologia e Diálogo com Trifão*. p. 100, nota de rodapé.

¹¹⁴ Cf. *Justino de Roma: II Apol* 10, 1-3; *História da Teologia: Período Patrístico*, p. 21.

¹¹⁵ Cf. *História da Teologia: Período Patrístico*, pp. 19-22.

¹¹⁶ *Antologia dos Santos Padres*, p. 67.

crédito filósofos e homens cultos, mas também artesãos e pessoas totalmente ignorantes, as quais souberam desprezar incertezas, o medo e a morte. Porque ele é a virtude do Pai inefável e não o vaso de um verbo humano.

Cada um deles falou bem, vendo aquilo em que tinha afinidade com ele, da parte do Verbo seminal divino que lhe coube; mas é evidente que em muitos pontos se contradisseram mutuamente, e assim não alcançaram ciência infalível ou conhecimento irrefutável¹¹⁷.

«Porém, tudo que de bom foi dito por todos eles pertence-nos a nós, cristãos, pois, adoramos e amamos, depois de Deus, ao Verbo que procede do mesmo Deus ingénito e inefável; a ele que por nosso amor, se fez homem a fim de participar de nossos sofrimentos e curá-los. Todos os escritores puderam, obscuramente, ver a realidade graças às sementes do Verbo depositada neles. Pois uma coisa é, com efeito, o germe e imitação de algo que se dá conforme a capacidade; outra é aquele mesmo de cuja participação e imitação se confere, segundo uma graça que dele procede»¹¹⁸.

Justino apresenta uma visão universalista da Encarnação, que vê preparada e realizada como promessa desde a criação. Não só o Antigo Testamento é preparação do cristianismo, mas também a filosofia grega. O apologista descobre em todos os homens a semente do logos¹¹⁹. Os filósofos, que viveram segundo a reta razão foram, de certo modo, cristãos. Porque em Cristo, os cristãos possuem a verdade íntegra¹²⁰. O seu pensamento teológico, no dizer do magistério: Justino é considerado uma figura importante e inesquecível por mais de dois mil anos, porque a ele se deve a mais antiga descrição da liturgia eucarística que se perpetua na vida da Igreja¹²¹.

O Concílio Vaticano II não deixou de fazer menção sobre o seu ensinamento, citando-o, pelo menos em dois grandes documentos: na *Lumen Gentium* e na *Gaudium et Spes*. A sua definição e afirmação sobre o cristianismo são entendidas como a

¹¹⁷ Cf. *Antologia dos Santos Padres*, p. 68.

¹¹⁸ Cf. *Antologia dos Santos Padres*, p. 67.

¹¹⁹ Cf. *Justino de Roma*, I Apol. 46, 3; II Apol. 13; 10,8, pp. 61-104.

¹²⁰ Cf. *Justino de Roma*, I Apol. 46, 6; II Apol. 8,1-3, pp. 62-98.

¹²¹ Cf. https://pt.Aleteia.org/2020/06/01/são_Justino_-_e_-_as_-_sementes_-_do_-_verbo/amp/;
Cf. https://www.vaticannews.va/pt/santo_-_do_-_dia/06/01/s—Justino—filósofo_e_mártir.

manifestação histórica e pessoal do logos na sua totalidade. Afirmou Justino: «Tudo o que de bom foi dito, por qualquer um, pertence a nós, cristãos¹²².

Sobre a teoria «*as sementes do Verbo*», foi definida e resumida como um conceito iluminador sobre como Deus vai preparando todo o ser humano para conhecer e aderir à Verdade plena¹²³. Conforme já afirmamos, o papa Bento XVI define Justino como «o mais importante dos padres apologistas do segundo século». Nas suas obras (as *Apologias* e o *Diálogo com o judeu Trifão*), diz o Papa, Justino trata do «projeto divino da criação e da salvação que se realiza em Jesus Cristo, o Logos, isto é, o Verbo Eterno, a Razão Eterna, a Razão Criadora», bem como faz uma «crítica implacável em relação à religião pagã e aos seus mitos, por ele considerados diabólicas despistagens no caminho da salvação»¹²⁴. Uma das ideias mais inspiradas da obra de Justino, e muito elogiada pelo Papa Bento XVI, é a das «*sementes do Verbo*», em que Justino afirma que todo ser humano participa do Logos, do Verbo Eterno de Deus, e, portanto, traz em si uma «*semente do Verbo*», que pode germinar e chegar à plenitude. Segundo o papa, em cada cultura humana existem sementes da Verdade que podem frutificar, à medida que os mitos vão cedendo espaço ao reconhecimento da Verdade plena, revelada por Deus ao longo da história e culminada em Cristo, Verdade, Caminho e Vida.

Em *Fides et Ratio*, Bento XVI, citando São João Paulo II, diz que Justino foi um «pioneiro de um encontro positivo com o pensamento filosófico, ainda que no sinal de um cauto discernimento»¹²⁵. O Magistério da Igreja também reforça, na *Dominus Iesus*, número 12, que «é o Espírito que infunde as sementes do Verbo, presente nos ritos e nas culturas, e as faz amadurecer em Cristo»¹²⁶.

Para o apologista, o Verbo é a fonte de todo o conhecimento. O ser humano tem acesso ao conhecimento de Deus e do universo através do Verbo, caminho que conduz ao Pai; e ponte entre o Pai e o mundo¹²⁷. Na Sagrada Escritura, aprendemos que Jesus Cristo é o conhecimento mais perfeito e filho muito amado do Pai. Ele conhece o Pai e

¹²² Cf. <https://pt.aleteia.org/2020/06/01/são-Justino-e-as-sementes-do-verbo/>;
Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/01/s-Justino-filosofo-e-martir>.

¹²³ Cf. <https://pt.aleteia.org/2020/06/01/são-Justino-e-as-sementes-do-verbo/>;
Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/01/s-Justino-filosofo-e-martir>.

¹²⁴ Cf. <https://pt.aleteia.org/2020/06/01/são-Justino-e-as-sementes-do-verbo/>;
Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/01/s-Justino-filosofo-e-martir>.

¹²⁵ Cf. <https://pt.aleteia.org/2020/06/01/são-Justino-e-as-sementes-do-verbo/>;
Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/01/s-Justino-filosofo-e-martir>.

¹²⁶ Cf. <https://pt.aleteia.org/2020/06/01/são-Justino-e-as-sementes-do-verbo/>;
Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/01/s-Justino-filosofo-e-martir>.

¹²⁷ Hamman, *Os Padres da Igreja*, p. 31.

o género humano, estabelecendo a ligação entre o Pai e a humanidade. «Este é o meu filho muito amado no qual pus a minha complacência, escutai-o» (*Mt* 3,17; *Mc* 1,11; *Lc* 3,22; *Jo* 1,34). Todo o conhecimento humano é adquirido e conhecido por meio de uma participação e imitação do Verbo que procede de Deus ingénito e inefável. Só o Deus ingénito e inefável e o Verbo que dele procede, juntamente com o Espírito Santo, possuem uma ciência infalível, irrefutável e absoluta¹²⁸.

Justino, considerado como o mais importante dos apologistas cristãos gregos, é o primeiro autor a tentar apresentar “razões de fé” em termos de argumentação racional. Ele é, assim, considerado, o primeiro filósofo cristão. Embora não tenha construído um sistema filosófico próprio e unitário, foi um genuíno precursor na procura da verdade aberta à revelação, tendo trazido para o interior da reflexão cristã nascente o fermento da racionalidade e da filosofia como veículo de explicitação e transmissão da fé.

A sua originalidade consistiu sobretudo em ter elaborado uma síntese que acolhesse o que de melhor produzira a cultura pré-cristã, apresentando o cristianismo como a manifestação plena do Logos, princípio em que radica a racionalidade, ao valor de unidade de cada Homem e cultura. Produz uma síntese unificada no mistério de Cristo Messias-Logos com uma da sabedoria pagã e judaica. Cristo Messias é plenitude das profecias e a nova chave hermenêutica de toda a Escritura e história judaica; Cristo Logos é a plenitude de todas as verdades que estão presentes, como sementes, na cultura grega e como em figura (*typoi-logoi*) na lei judaica. Assim, o cristianismo acaba por ser a «verdadeira filosofia» e o «novo Israel».

Na sua perspectiva, na história de Israel, o *logos* manifestara-se inspirando os profetas que, deste modo, foram testemunhas e anunciadores do verdadeiro *logos*. Na filosofia grega, o *logos* manifestou-se como «sementes *seminais*» dispersas (disseminadas) na inteligência dos homens sábios, como em Heraclito, em Pitágoras, em Sócrates ou em Platão. Todos estes puderam ter acesso a uma parte da verdade, mas não possuíam ainda a integralidade do *logos*. O cristianismo, enquanto manifestação do *Logos* na sua plenitude, na pessoa histórica de Cristo, é a verdade completa anunciada pelos profetas, insinuada pelos filósofos que falaram retamente.

O autor deixa bem claro que a verdade e a justiça são elementos-chave que conduzem à liberdade e ao bem-ser, que devemos trabalhar para que todos conheçam a verdade. «Nós vos suplicamos que, como vos pareça, deis publicidade a este livro, a fim

¹²⁸ Cf. *Justino de Roma: II Apol.* 10,2; 13, 5, pp. 100-105.

de que também os outros conheçam a nossa religião e se livrem da vã opinião e da ignorância em relação ao bem»¹²⁹.

O nosso apologista exorta: «por temor a Deus, esforçamo-nos em conservar segundo as Escrituras, e não por amor ao dinheiro, à honra ou ao prazer, coisas que ninguém nos pode tirar do rosto»¹³⁰. Não devemos ter vergonha ou medo ao dizer e ensinar a verdade. O critério de análise de nossos pensamentos e das nossas ações deve ser a verdade e a justiça, porque, «segundo o julgamento prudente, as nossas doutrinas não são vergonhosas, mas superiores a toda a filosofia humana»¹³¹. Aqui, filosofia é entendida como norma e regra de vida.

«Eu desprezei o conhecimento ímpio e enganoso da minha nação. Se consentis em publicar este livro, nós gostaríamos de levá-lo ao conhecimento de todos, a fim de que, se possível, se convertam, porque foi só para este fim que escrevi estes discursos. Acrescentamos nossas súplicas a Deus, para que a todos os homens de todo o mundo seja concedido conhecer a verdade. Oxalá também vós, em vosso interesse, julgueis com justiça, de acordo com vossa piedade e filosofia»¹³².

Todos os Homens são chamados ao conhecimento da verdade e da justiça. Cada um deve sentir-se como meio pelo qual os outros têm acesso a este conhecimento e prática, pois, a todos foi confiada a missão de ensinar a verdade e a justiça moldada pela sua própria vida. O ser humano, o cristão, diante da verdade e da justiça, não deve ficar calado. Esta é a missão de Jesus nosso Senhor que nos confia a fazer assim como Ele fez, na obediência do Pai.

Para Justino, a justiça consiste em fazer o bem a todos e o mal a ninguém, porque Deus proporcionou ao ser humano toda justiça e o absolutamente justo. Por isso, todos reconhecem e sabem distinguir o bem do mal. Quem comete o mal deve ao menos reconhecê-lo como iniquidade. Segundo Justino, disse bem nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo ao afirmar que toda a justiça e piedade se resumem em dois mandamentos: «Amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração e com toda a tua força, e ao teu

¹²⁹ Cf. *Justino de Roma: II Apol.* 14, 1, p. 105.

¹³⁰ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 82, 3-4, pp. 238-239.

¹³¹ Cf. *Justino de Roma: II Apol.* 15, 3, p. 105.

¹³² Cf. *Justino de Roma. II Apol.* 15, 1, 2.3, pp. 105-106.

próximo como a ti mesmo» (*Mt 22,40; Lc 10,27; Mc 12,30-31*)¹³³. Quem ama a Deus com todo o seu coração, toda a sua força, não honrará outro deus. Quem ama o próximo como a si mesmo, desejará para ele o mesmo que desejaria para si próprio, porque ninguém desejaria o mal para si mesmo. Quem ama o próximo pedirá e fará o mesmo a si próprio. O próximo do Homem é o outro Homem. A Justiça divide-se em duas partes: uma em relação a Deus e outra em relação aos Homens. Assim sendo, todo aquele que, segundo a palavra, ama o Senhor Deus de todo coração e com toda a sua força e ao seu próximo como a si mesmo, em verdade, considera-se justo¹³⁴.

2.2 EXPERIÊNCIA IDENTITÁRIA CRISTÃ: BATISMO E EUCARISTIA

a) O BATISMO: ILUMINAÇÃO OU REGENERAÇÃO

No respeitante à iniciação cristã, «Justino é o que nos fornece a descrição mais antiga do batismo»¹³⁵, mais examinada, a sua preparação, o seu rito e a explanação sobre o seu significado. Para ele, o batismo é também designado por iluminação e regeneração.

Considerava ser necessário que os candidatos, livres e conscientes, acreditassem como verdadeira a nossa doutrina e prometessem viver segundo ela. «Devem ser suficientemente instruídos para que mediante o jejum e oração peçam a Deus o perdão dos seus pecados. Nós juntámo-nos a eles, no jejum e na oração. Em seguida devem ser «conduzidos no lugar onde há água»¹³⁶ e lá, serem regenerados como nós fomos regenerados. Em nome de Deus Pai, de Jesus Cristo nosso salvador e do Espírito Santo, segundo o que disse nosso Senhor: «Ide fazei discípulos de todos os povos, batizando-

¹³³ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 93, 1-2, pp. 255-256.

¹³⁴ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 93, 2-3, p. 256.

¹³⁵ Estamos perante uma realidade que se concretiza numa vida de praticidade. Tudo era prática. Isto é, Justino apresenta o modo ou a maneira prática do processo batismal, porque longe dele apresentar o rito do batismo, pelo facto de que na época não se falava de ritos do batismo, mas sim, o modo de viver essa experiência ou de apresentar esta prática. O batismo no tempo de Justino era mais considerado como uma prática de vida como percurso de adesão, mais do que propriamente sacramento. A expressão «rito» aparece mais tarde com o desenrolar do tempo.

¹³⁶ Possivelmente pelo facto de que na Igreja antiga o batistério se situar sempre fora ou longe do espaço da celebração eucarística, para precisar o significado que só depois de ser regenerado – nascer de novo, é que o candidato tse tornava filho de Deus (Pai) e da Igreja (Mãe) e dos outros (irmãos), e ganhava o pleno direito de participar em todos os bens Igreja. Cf. Lamelas, *Justino filósofo e mártir*. p. 144.

os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprir tudo o que vos mando» (Mt 28, 19-20), assim são lavados na água»¹³⁷.

«Vamos expor-vos agora de que modo, renovados em Cristo, nos consagramos a Deus. [...] Os que creem na nossa doutrina [...], ensinamos-lhes a rezar e a pedir a Deus, no jejum, a remissão dos pecados. Rezamos e jejuamos com eles. Depois, conduzimo-los ao lugar onde há água e aí são regenerados como nós fomos. Em nome de Deus, Pai e mestre de todas as coisas, e de Jesus Cristo, nosso salvador, e do Espírito Santo, são lavados na água. “Se não nascerdes, não entrareis no reino dos céus”, para não permanecer como filhos da necessidade e da ignorância, e sim, filhos da eleição e da ciência. Para que obtivéssemos a remissão de nossas faltas passadas, invoca-se, na água, sobre aquele que quer ser regenerado e se arrepende de seus pecados, o nome de Deus, Pai e mestre do universo. Esta ablução denomina-se iluminação, porque ficam cheios do Espírito de luz. E, em nome de Jesus Cristo, crucificado sob Pôncio Pilatos, e em nome do Espírito Santo, que predisse pelos profetas toda história de Jesus. Assim, é lavado aquele que é iluminado»¹³⁸.

Justino apresenta dados precisos sobre o modo como os Homens de todos os tempos e de todos os lugares puderam e podem obter esta libertação – purificação – iluminação. Diz ele que semelhante obra maravilhosa se realiza «graças à semente do Verbo que é congênita a todo a género humano»¹³⁹. Na medida em que o Homem vive segundo esta «semente do Verbo», fica libertado e liberta os outros¹⁴⁰. Os que foram instruídos na verdadeira filosofia e batizados consideram-se «iluminados». Iluminado no Espírito da verdade, o batizado é subtraído das trevas e do domínio dos principados e potestades. Por isso, pelo batismo o Homem é libertado-purificado-iluminado a fazer parte na «nova raça», o povo de Deus da qual Cristo é o princípio e o fim. Assim, os cristãos, segundo o pensamento de Justino, são os Homens «renovados» que receberam a «regeneração»¹⁴¹, por meio de Cristo.

¹³⁷ Hamman, *Os Padres da Igreja*, pp. 32-34.

¹³⁸ Hamman, *Os Padres da Igreja*, pp. 32-34.

¹³⁹ *Justino de Roma: II Apol.* 8, 1, p. 98.

¹⁴⁰ Cf. *Justino de Roma: II Apol.* 8,1, p. 98; *Dál.* 85, 4; 42,4, pp. 171-242.

¹⁴¹ Cf. *Justino de Roma: I Apol.* 66,1, p. 82.

b) A **REUNIÃO EUCARÍSTICA**: Depois de ser batizado, aquele que mergulhou na fé e aderiu à doutrina de Cristo que lhe foi ensinada e transmitida seja dirigido à presença e permanência dos irmãos (comunidade) para que, juntos com eles (os recém iluminados), rezem fervorosamente em comum¹⁴².

No parecer de Isidro Lamelas, citando a primeira carta de São Paulo aos Coríntios (cf. *Cor* 11, 17-29), e da *Didacké (IX e XIV)*, depois de São Paulo, Justino é quem nos oferece a descrição mais antiga e detalhada sobre a assembleia dominical cristã. Ele apresenta os elementos fulcrais da liturgia eucarística que se vive até ao presente: os crentes reúnem-se em assembleia no mesmo dia e lugar; «reunimo-nos no dia de sol [...], no mesmo lugar»¹⁴³, na liturgia da palavra, «aí se leem, quando o tempo permite, as memórias dos apóstolos e os escritos dos profetas»¹⁴⁴. Depois do leitor terminar a leitura, o presidente toma a palavra a fim de dar alguns conselhos e exortações sobre os ensinamentos e imitação de Cristo. Seguem-se as orações dos fiéis.

«Terminadas as orações, damos o ósculo da paz. Depois apresenta-se ao presidente o pão, a água e o vinho. Tomando-os, louva e glorifica ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo, e dá ação de graças. Depois da aclamação, os diáconos oferecem a cada um dos assistentes parte do pão, do vinho, da água, sobre os quais se disse a ação de graças, e levam-nas aos ausentes. Este alimento chama-se entre nós “Eucaristia”. Não sendo lícito participar dele quem não crê verdadeiramente o que foi ensinado por nós e não for lavado no banho da remissão dos pecados e da regeneração, professando o que Cristo nos ensinou. Porque não tomamos isto, como pão e bebidas comuns, mas da mesma forma que Jesus Cristo nosso salvador se fez carne e sangue. E foi assim que os apóstolos, nas suas memórias [...], nos transmitiram ter-lhes sido ordenado fazer, quando Jesus, tomando o pão e dando graças, disse: “Fazei isto em memória de mim, isto é o meu corpo”. E igualmente tomando o cálice, disse: “Este é o meu sangue” [...]. No dia a que se chama do Sol celebra-se uma reunião dos que moram nas cidades ou nos campos e ali se leem, as memórias dos apóstolos (os Evangelhos), ou os escritos dos profetas [...] Elevamos em conjunto nossas preces. O presidente eleva a Deus as preces. Segue-se a distribuição a cada um dos alimentos, consagrados pela ação de graças, e seu

¹⁴² Cf. *Justino de Roma: I Apol.* 65, 1, p. 81

¹⁴³ Cf. Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, p. 144; *Justino de Roma: I Apol.* 67, p. 83.

¹⁴⁴ *Justino de Roma: I Apol.* 67, 3, p. 83.

envio aos ausentes, por meio dos diáconos [...]. Celebramos essa reunião geral no dia do sol (no Domingo), por ser o primeiro, aquele em que Deus, transformando as trevas e a matéria, fez o mundo; e o dia também em que Jesus Cristo, nosso salvador, ressuscitou dos mortos [...] no dia seguinte, dia do sol, apareceu aos apóstolos e discípulos, ensinando as mesmas doutrinas que vos propomos»¹⁴⁵.

Justino estabelece a relação entre a encarnação do Logos e a eucaristia. O alimento consagrado é carne e sangue de Jesus encarnado pela palavra de Deus¹⁴⁶. Pela eucaristia, o cristão participa de todas as coisas criadas por Deus e entra em comunhão com o seu criador.

No Novo Testamento	Em Justino
No primeiro dia da semana reunimo-nos para a fração do pão. (Cf. <i>Act</i> 20,7; <i>1 Cor</i> 16,1-2).	Reunimo-nos no dia que se chama do sol. (Cf. <i>I Apol.</i> 67,3.7).
Leitura das cartas dos chefes das Igrejas. (Cf. <i>ITes</i> 5,27-28; <i>Col</i> 4,15-17).	Faz-se a leitura das memórias dos apóstolos e dos escritos dos profetas. (Cf. <i>I Apol.</i> 67,3).
Pregação da palavra: Estando nós reunidos, Paulo começou a falar. (Cf. <i>I Cor</i> 14,26-29; <i>Act</i> 20,7-12).	Homilia do presidente exorta e convida à conformidade com a leitura. (Cf. <i>I Apol.</i> 67,4).
Oração, preces, súplicas e ação de graças por todos os Homens, e reis. (Cf. <i>ITim</i> 2,1-3).	Oração, feita em pé, por todos os homens, elevam-se as nossas preces. (Cf. <i>I Apol.</i> 67,5).
Saudai-vos uns aos outros com o Beijo da paz. (Cf. <i>Rm</i> 16,16; <i>ICor</i> 16,20).	Terminada as orações, dá-se mutuamente o Ósculo ou o Beijo da paz. (Cf. <i>I Apol.</i> 65,2).
O presidente, imitando Cristo, toma o pão e o vinho a exemplo de Cristo. (Cf. <i>I Cor</i> 11,1; 23-25; <i>Mt</i> 26,26-27; <i>Mc</i> 14,22-24; <i>Lc</i> 22,19-20).	Depois apresenta-se ao presidente o pão, o vinho e água. (Cf. <i>I Apol.</i> 65,3. 67,5).
O presidente abençoa e dá graças pelo pão e o vinho assim como fez Jesus. (Cf. <i>ICor</i> 11,23-26).	Em seguida, aquele que preside eleva-os com oração e dá graças a Deus. (Cf. <i>I Apol.</i> 67,5).
O presidente renova o que Jesus fez e disse, dizendo as mesmas palavras. (Cf. <i>ICor</i> 11,23-26).	O pão e o vinho são consagrados por uma oração de Jesus ¹⁴⁷ . (Cf. <i>I Apol.</i> 66,2-4).

¹⁴⁵ Cf. *Antologia dos Padres da Igreja*, pp. 65-67.

¹⁴⁶ Cf. *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, p. 129.

¹⁴⁷ Foi isto que nosso Senhor fez e ensinou os seus apóstolos e por meio deles nós aprendemos a partir das suas memórias: Jesus, tomando o pão, deu graças, abençoou-o e disse: «Tomai todos e comei, isto é o

Os fiéis respondem: « <i>Amen</i> ». (Cf. <i>1Cor</i> 14,16).	No fim da ação de graças, todo o povo responde: « <i>Amém</i> » ¹⁴⁸ . (Cf. <i>I Apol.</i> 65,3.67,5).
Comunhão sob as duas espécies. (Cf. <i>1Cor</i> 10,16-22; 11,26-29).	Distribui-se a eucaristia aos participantes «agraciados» ¹⁴⁹ . (Cf. <i>I Apol.</i> 65,5. 67,5).

2.3 CRISTO: LOGOS ENCARNADO

Justino defende que o Logos é coexistente com Deus, gerado antes da criação. Foi por meio dele que, no princípio, todas as coisas foram criadas e ordenadas (*Gn* 1, 26)¹⁵⁰. Indica que a forma plural « façamos o homem [...] à nossa semelhança » não inclui os anjos, mas o Verbo no ato da criação. O Pai não é gerado. O Filho é gerado pelo Pai, por meio do qual se revela na economia da salvação. O *logos* não é um mero instrumento pelo qual o Pai cria. É o Pai unido ao Filho que cria. É a própria vontade de Deus concretizada n'Ele. O *logos* manifesta a vontade do Pai que se revela na humanidade pela encarnação do Verbo no seio da virgem Maria¹⁵¹.

A *concepção virginal* é explicada na profecia de Isaías. «Cristo seria concebido por uma virgem»¹⁵². «Eis que uma virgem conceberá e dará a luz um filho e pôr-lhe-ão o nome de Emmanuel, que quer dizer Deus conosco» (*Is.* 7, 14).

O que é impossível e incrível no pensamento e aos olhos dos Homens, em Deus tudo é possível. Esta verdade já foi anunciada pela boca do Espírito profético, para que, quando acontecesse, não houvesse sombra de dúvidas. «*Eis que uma virgem conceberá*» (cf. *Is* 7,14; *Mt* 1,18-25; *Lc* 1,26-38), significa que a concepção seria sem relação carnal; pois, se houvesse, não seria virgem; mas foi a força de Deus que veio sobre a virgem e a

meu corpo que será entregue por vós. Fazei isto em memória de mim». E, de igual modo, tomou o cálice, deu graças e abençoou-o e disse. «Tomai todos e bebei, este é o meu sangue, o sangue da nova e eterna aliança, que será derramado por vós para a remissão dos pecados. Fazei isto em memória de mim». (Cf. *Mt* 26, 26-29; *Mc* 14, 22-25; *Lc* 22,14-20; *Jo* 6, 51-59; *1 Cor* 11,23-27).

¹⁴⁸ *Amem*, que em Hebraico quer dizer, *assim seja*.

¹⁴⁹ Nem todos são dignos de participar neste alimento, mas, sim, somente aquele que está na graça de Deus, que acredita verdadeiramente na doutrina cristã, foi lavado no banho que traz a remissão dos pecados e a regeneração e vive os ensinamentos de Cristo, porque Este alimento se chama *Eucaristia*, porque depois de se ter dado graças, louvando e glorificando a Deus, deixa de ser simples pão e simples vinho e água, passando assim na transformação de verdadeira carne (corpo) e verdadeiro sangue de nosso Senhor Jesus encarnado.

¹⁵⁰ Cf. *Justino de Roma, II Apol.* 5(6), 3, pp. 95-96.

¹⁵¹ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, p. 120.

¹⁵² *Justino de Roma: I Apol.* 33, 1, p. 49.

cobriu com a sua sombra e fez com que ela concebesse permanecendo virgem. Foi assim que o mensageiro enviado de Deus à mesma virgem, lhe deu a boa notícia, dizendo: «Eis que conceberás do Espírito Santo em teu ventre e darás à luz um filho, que se chamará Filho do Altíssimo, e lhe porás o nome de Jesus, pois ele salvará o seu povo de seus pecados». Justino afirma que Jesus nasceu duma virgem que se chama Maria, da descendência do rei David. Seguidamente explica a passagem «*filho do Homem*» (Jo 6,53).

Pela ação do Espírito Santo: Foi então que, vindo Jesus no Jordão, onde João estava batizando, desceu à água e acendeu-se um fogo no Jordão. Quando subiu da água, os que foram apóstolos desse nosso Cristo escreveram que voou sobre ele o Espírito Santo em forma de pomba. Sabemos que Cristo foi ao Jordão não porque tivesse necessidade do batismo, nem de que viesse sobre ele o Espírito Santo em forma de pomba. Como também não se dignou nascer e ser sacrificado porque necessitasse disso, mas por amor ao género humano, que desde Adão havia incorrido na morte e no erro da serpente, cada um cometendo o mal por sua própria culpa. Com efeito, tendo Deus criado Homens e anjos dotados de livre-arbítrio e autonomia, quis que cada um fizesse aquilo para o qual foi por ele capacitado e, caso escolhesse o que lhe é agradável, iria mantê-los isentos de morte e do castigo. Caso, porém, cometessem o mal, castigaria cada um como lhe aprouvesse¹⁵³.

O Magistério da Igreja, no seu documento «*Dominus Iesus*» número 12, afirma que há ainda quem sustente a hipótese de uma economia do Espírito Santo com um carácter mais universal que a do Verbo encarnado, crucificado e ressuscitado. Considerando-se que essa afirmação será contrária à fé católica, pois a encarnação salvífica do Verbo é um acontecimento trinitário e único, em Jesus. No Novo Testamento o mistério de Jesus, Verbo encarnado, constitui o lugar da presença do Espírito Santo, e o princípio da sua efusão na humanidade, não só nos tempos messiânicos (cf. *Act* 2,32-36; *Jo* 7,39; 20,22; 1 *Cor* 15,45;), mas também nos que precederam a sua participação na história (cf. *1 Cor* 10,4; *1 Pedro* 1,10-12).

O Concílio Vaticano II repropôs à consciência da fé da Igreja essa verdade fundamental. Ao expor o plano salvífico do Pai sobre a humanidade inteira, o Concílio

¹⁵³ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 88, 3-5, pp. 248-249.

liga estreitamente, desde o princípio, o mistério de Cristo com o do Espírito¹⁵⁴. Toda a obra de edificação da Igreja por parte de Jesus Cristo Cabeça, no decorrer dos séculos, é vista como uma realização que Ele faz em comunhão com o seu Espírito¹⁵⁵.

Além disso, a ação salvífica de Jesus Cristo, pelo seu Espírito, estende-se, para além dos confins visíveis da Igreja, a toda humanidade. Falando do mistério pascal, em que Cristo agora já associa vitalmente a Si no Espírito o crente e lhe dá a esperança da ressurreição. O Concílio afirma que isto vale não apenas para aqueles que crêem em Cristo, mas para todos os Homens de boa vontade, no coração dos quais, invisivelmente, opera a graça.

«Na verdade, se Cristo morreu por todos nós e a vocação do ser humano é realmente uma só, a sabedoria divina, sem dúvidas, nós devemos acreditar que o Espírito Santo oferece a todo ser humano, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao mistério pascal de Cristo»¹⁵⁶.

Por isso, o recente Magistério da Igreja recordou com firmeza e clareza a verdade de uma única economia divina:

«A presença e a ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a história, os povos, as culturas, as religiões [...]. Cristo ressuscitado, pela virtude do seu Espírito, atua já no coração dos Homens [...]. É o Espírito que infunde as “sementes de Verbo”, presente nos ritos e nas culturas, e as faz maturar em Cristo»¹⁵⁷.

¹⁵⁴ Cf. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents: In: Congregação Para a Doutrina da fé: Declaração: *Dominus Iesus. Sobre a unidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*. n.12. In: Cf. Conc. Vaticano II, Const. Dogm. *Lumen gentium*, nn. 3-4.

¹⁵⁵ Cf. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents: In: Congregação Para a Doutrina da fé: Declaração: *Dominus Iesus. Sobre a unidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*. n.12. In: Cf. Conc. Vaticano II, Const. Dogm. *Lumen gentium*, nn. 3-4.

¹⁵⁶ Cf. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents: In: Congregação Para a Doutrina da fé: Declaração: *Dominus Iesus. Sobre a unidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*. n. 12. In: Conc. Vaticano II, Const. Pastoral. *Gaudium et Spes*, n. 22.

¹⁵⁷ Cf. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents: Congregação Para a Doutrina da fé: Declaração: *Dominus Iesus. Sobre a unidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*. n.12: João Paulo II, Carta Encíclica. *Redemptoris missio*, n. 28. Quanto às «sementes do verbo»; cf. *Justino de Rom: II Apologia* 8,1-2; 10,1-3; 13, 3-6.

Embora reconhecendo a função do Espírito em todo o universo e na íntegra história da humanidade,¹⁵⁸ o Magistério, afirma: «Este Espírito é o mesmo que operou na encarnação, na vida, na morte e ressurreição de Jesus e opera na Igreja. Não é alternativo a Cristo, nem lhe preenche um vazio. O que o Espírito realiza no coração dos Homens e na história dos povos, nas culturas, e religiões, assume um papel de preparação evangélica e não pode deixar de referir-se a Cristo. O Verbo fez-se carne pela ação do Espírito, “a fim de, como Homem perfeito, salvar todos os Homens e recapitular em Si todas as coisas”»¹⁵⁹.

Concluindo, a ação do Espírito não se coloca fora ou ao lado da de Cristo. Trata-se de uma única economia salvífica de Deus Uno e Trino, realizada no mistério da encarnação, morte e ressurreição do Filho de Deus, atuada com a cooperação do Espírito Santo e estendida, no seu alcance salvífico, à inteira humanidade e ao universo: «Os Homens só poderão entrar em comunhão com Deus através de Cristo, e sob a ação do Espírito»¹⁶⁰. O que permite ao Homem realizar a contemplação de Deus, é a graça e o dom do Espírito Santo¹⁶¹.

2.4 O SOFRIMENTO HUMANO E A PAIXÃO DE CRISTO

No *Diálogo com Trifão*, Justino aborda muito mais o tema da paixão e morte de Cristo do que a glorificação (ressurreição e ascensão). Possivelmente foi de propósito, a fim de responder e esclarecer as falsas interpretações dos judeus sobre a crucifixão de Cristo. Prova disto é a inquietação de Trifão, seu interlocutor. Diz Trifão a Justino:

«Que ele haveria de padecer e ser levado como ovelha ao matadouro, isso na verdade sabemos. O que tens de demonstrar-nos é que ele deveria ser crucificado e morrer com uma morte tão desonrosa e amaldiçoada

¹⁵⁸ http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents: In: Congregação Para a Doutrina da fé: Declaração: *Dominus Iesus. Sobre a unidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*. n.12: João Paulo II, Carta Encíclica. *Redemptoris missio*, n. 28-29.

¹⁵⁹ http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents: In: Congregação Para a Doutrina da fé: Declaração: *Dominus Iesus. Sobre a unidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*. n.12: João Paulo II, Carta Encíclica. *Redemptoris missio*, n. 29.

¹⁶⁰ http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents: Congregação Para a Doutrina da fé: Declaração: *Dominus Iesus. Sobre a unidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*. n.12. In: João Paulo II, Carta Encíclica. *Redemptoris missio*, n. 5.

¹⁶¹ Cf. *Justino de Roma, Díal.* 4,1, p. 116.

pela própria lei. Porque na verdade é que nós não podemos, nem sequer imaginar isso»¹⁶².

Esta era uma das várias inquietações dos judeus, porque fixados em suas ideias, concebiam a crucifixão de Cristo como maldição que caiu sobre o Messias. Justino enuncia e explica os temas com fundamentos na Sagrada Escritura, concretamente nas profecias sobre a paixão e morte de Cristo, a fim de tirá-los desta posição. O autor afirma ser verdadeira e profética a gloriosa paixão e morte de Cristo, o que para os judeus era uma calamidade.

Na obra de Justino, é inevitável a expressão: «O Filho de Deus se tornara homem sujeito, ou capaz de sofrimentos»¹⁶³. Cristo é designado por *sofredor*¹⁶⁴. Justino lê a paixão como o cumprimento da economia salvífica de Deus. Por isso, fala da economia da Paixão, reveladora do poder de Deus, em Cristo¹⁶⁵, “economia da crucifixão” ou da paixão como revelação do mistério salvífico à luz do *Sl 96 (95), 1-3*.

Define a paixão como causa e finalidade do cumprimento da economia no amor de Deus para com o género humano, a fim de o libertar do pecado, da morte, do poder demoníaco e de toda maldade¹⁶⁶. Mais do que outro acontecimento, é a paixão e morte de Jesus, realidades que ele vê cumpridas nas profecias do Antigo Testamento. Lê e interpreta o *Sl 22,7-8; 12-19* como bom fundamento para esclarecer estas questões¹⁶⁷. Também analisa outros textos. As expressões, «sou um verme e não um homem, opróbrio dos homens e a abjeção do povo» (*Sl. 22,7*) é predicação do que realmente lhe aconteceu. Pois, o opróbrio segue-nos por todo o lado, porque cremos n’Ele. Justino detém-se sobre a consideração que atende a Jesus, enquanto expressão do justo e também expressão da condição humana, *abjeção do povo*, porque abjeto e desonrado pelo povo, sofrendo quanto quiseram fazer com Ele.

A passagem «Todos os que me vêem mofaram de mim» (*Sl 22,8*), de igual modo é predicação do que lhe aconteceu. Com efeito, diz Justino, os que O olhavam crucificado moviam as suas cabeças e retorciam os lábios e levantando os narizes,

¹⁶² Cf. *Justino de Roma: Diál.* 90,1, pp. 250-251.

¹⁶³ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 36,1; 57,3; 98,1, pp. 163-261.

¹⁶⁴ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 36,1; 57,3; 98,1, pp. 163-261.

¹⁶⁵ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 30,3; 31,1; 67,6; 103,3, pp. 153-269.

¹⁶⁶ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 41,1; 74,3 88, 4, pp. 170-248.

¹⁶⁷ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 97,3; 98; 99; 101,2-3, pp. 260-266.

diziam sarcasticamente entre si, o que está escrito nas memórias dos apóstolos¹⁶⁸: «Dizia-se de si mesmo, Filho de Deus, desça da Cruz e ponha-se a andar; Deus que O salve» (*Mt 27,40; Mc 15,29; Lc 23,35*)¹⁶⁹.

O versículo 13 do *Diálogo com Trifão*, «*touros ferozes me cercaram*», refere-se aos próprios judeus quando procuraram prender e entregar à morte o nosso salvador Jesus Cristo. Assim como os touros são pais dos novilhos, assim os vossos rabinos foram causa de que os seus filhos saíssem ao encontro de Jesus no Monte das Oliveiras para o prender e o conduziram até eles¹⁷⁰.

O versículo 12, «porque estou atribulado, não há quem me ajude», expressa o que realmente lhe sucedeu. Pois, «ninguém nem um só homem saiu em defesa de sua inocência»¹⁷¹. Também foi profecia o que, nas memórias, estava escrito: «Afasto, se é possível este cálice» (*Mt 26,39*), por se desconjuntarem o seu coração e os seus ossos, como se fosse de cera derretendo-se no seu interior¹⁷². «A minha garganta secou-se como barro cozido, a minha língua apegou-se ao paladar» (*Sl 22,16*), também foi predito. Refere-se ao seu silêncio durante a sua paixão¹⁷³, porque perante Pilatos não quis responder uma palavra, como se conta nas memórias dos apóstolos (*Mt 14,16;27,12; Lc 23,9; Jo 19,8*)¹⁷⁴. Tudo isso era já anúncio da morte que deveria sofrer. Já tinha sido combinado como os verdugos, depois de O crucificarem, repartiriam entre si as vestes de Cristo (*Mt 27,35; Jo 19,24*)¹⁷⁵.

Justino também vê na profecia de *Zacarias* a predicação de Cristo ferido e a dispersão dos seus discípulos. O que realmente se cumpriu, porque depois de ser crucificado, os discípulos que com ele tinham estado, dispersaram-se até à ressurreição, e os convencer de que assim estava profetizado que tinha de sofrer¹⁷⁶. A passagem do profeta *Oseias*, «Também ele será levado para Assíria como um presente ao grande rei» (*Os 6*), o autor interpreta-a como o anúncio do envio de Jesus, de Herodes a Pilatos como um presente; porque Pilatos, ao saber que Jesus era da jurisdição de Herodes, enviou-o a Herodes, que se encontrava em Jerusalém nesses dias. Ao ver Jesus, Herodes

¹⁶⁸ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 101, 1-2, pp. 265-266.

¹⁶⁹ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 101, 2-3, p.266.

¹⁷⁰ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 103, 2, pp. 268-269.

¹⁷¹ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 103, 3, p. 269.

¹⁷² Cf. *Justino de Roma: Diál.* 103, 7-8, p. 270.

¹⁷³ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 103, 9, p. 271.

¹⁷⁴ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 102, 5, pp. 267-268.

¹⁷⁵ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 104, 1-2, p. 271.

¹⁷⁶ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 53,5, p.188.

ficou muito satisfeito, havia tempo que o queria ver pela fama que tinha e desejando que fizesse um milagre na sua presença (Lc 23,6-8).¹⁷⁷ Nos Evangelhos, Jesus anuncia aos seus discípulos a sua paixão, morte e ressurreição. «É necessário que o Filho do Homem padeça, seja rejeitado por muitos e seja crucificado e ressuscite ao terceiro dia» (Mt 20,18-19; Mc 8,31; Lc 22)¹⁷⁸. No *Génesis*: Justino interpreta a paixão, (na luta entre Jacob e o Anjo identificado como Cristo a coxa daquele desarticula-se (cf. Gn 32,26). Os sofrimentos de Cristo, à luz destes textos, são expressões do plano salvífico de Deus, no sofrimento de Cristo até à morte.

«O que duvidamos (diz Trifão) é que Cristo tivesse de morrer tão ignominiosamente. Pois na lei (lei judaica), diz-se que é maldito o que morre crucificado. Que as Escrituras tenham um Cristo passível é evidente; o que eu quero saber, se tens sobre isso algo a demonstrar, é que tivesse de sofrer um suplício que está maldito na lei (Dt 21,23; Gal 3,13)»¹⁷⁹.

O autor fundamenta e demonstra a riqueza salvífica do mistério da cruz, afirmando que Cristo não foi amaldiçoado por Deus e não faz parte dos Homens malditos. Pelo contrário, Justino atribui a maldição a todos aqueles por quem Cristo se dignou morrer crucificado, e estes por sua vez não cumprem a lei divina¹⁸⁰. Pelo que o apologista responde ainda mais:

«Pretendeis demonstrar que foi crucificado como inimigo de Deus e por ele amaldiçoado, quando a crucifixão foi obra da vossa insensatez. Não foi, pois, amaldiçoado pela lei o nosso Cristo, por ter sofrido e sido crucificado, mas que só Ele e n'Ele se manifestou a salvação dos que seguem os seus preceitos e professam a sua fé n'Ele»¹⁸¹.

Continuando a sua argumentação, recorre a Jeremias, para esclarecer o que estava em jogo no padecimento sacrificial de Jesus:

¹⁷⁷ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 103, 4, pp. 269-270.

¹⁷⁸ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 76, 7; 100, 3 pp. 229-264.

¹⁷⁹ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 89, 2, p. 250.

¹⁸⁰ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 131,2, p. 309.

¹⁸¹ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 93, 4; 111, 2, pp. 256-279.

«Eu sou o cordeiro que é levado para sacrificar. Contra mim tramaram pensamento, dizendo: vinde, destruamos a árvore no seu vigor, arranquemo-la e afastemo-la da terra dos vivos, e que o seu nome caia no abismo do esquecimento, sem que ninguém mais tenha indícios de recordação (*Jr* 11,19)»¹⁸².

Justino vê a serpente de bronze como anúncio profético, no qual já estava anunciado o sinal de Cristo crucificado e morto; sendo a salvação o cumprimento da promessa feita por Deus, realizada e consumada pelo Filho na obediência da vontade do Pai, (cf. *Num* 17,16ss; *Ex* 7,8-13; *Gen* 38,18.25; *Num* 21,4-9; *Jo* 3,14)¹⁸³. A cruz é o lugar do esvaziamento total de Deus e do Homem¹⁸⁴. Por isso, a morte de Jesus na cruz constitui a realização plena de todas as profecias. Justino vê no mistério de Cristo crucificado e sofrido o valor salvífico do seu sangue derramado, com significado muito profundo na sua teologia da redenção (cf. *Is* 52,10-54.56)¹⁸⁵. Para o autor, a imolação do cordeiro pascal, referida no *Antigo Testamento*, antecipa a imolação na cruz de Cristo que, pela sua morte, resgatou o povo da escravidão do pecado. Neste sentido, Jesus, bom e justo, testemunha que a existência humana não é abjeta, não é maldição, mas a explicitação do Logos que encarnado em Jesus, manifesta o caminho e a encarnação da verdade, a verdade como salvação.

¹⁸² Cf. *Justino de Roma: Diál.* 72, 1-2, p. 224.

¹⁸³ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 86,4; 88,6; 91,4;94,5;112,1.2;131,4. pp. 245-310.

¹⁸⁴ Cf. *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, p. 121.

¹⁸⁵ Cf. *Justino de Roma: Diál* 13; 24,1; 40,1; 70,4; 111, 3-4; 134,5.

TERCEIRO CAPÍTULO

MARTÍRIO DE JUSTINO E SUA CONFIGURAÇÃO AO MARTÍRIO DE CRISTO

A compreensão do panorama relacional do martírio de Justino e sua configuração na vida e na morte suscita-nos considerar atentamente a configuração que acaba por estabelecer sobre a vida, as obras e a morte de Jesus Cristo nosso Senhor.

Antes de mais, importa atender ao significado do termo “martírio”, sua compreensão e relação com a vida dos cristãos da época. Nos relatos que nos chegam desses percursos de sofrimento e de mortes provocadas é indiscutível o paralelismo, testemunhal e apologético, realizado com o julgamento, a paixão e morte de Jesus – “o martírio do Primogénito” – aferidores da condição humana na sua relação com a verdade salvadora.

Martírio deriva do grego *martyrion* e do latim *martyriu*, que significa tormentos ou morte suportada por um mártir; grande padecimento¹⁸⁶. Significa, ainda, a morte de um indivíduo (mártir), por meio de tormentos, de grande padecimento, de imenso sofrimento, forte suplício pela afirmação e confirmação de fé (uma fé cristã)¹⁸⁷. *Martyria* (em grego) também quer dizer testemunho, ou dar um testemunho de alguma coisa ou de alguém. Isto é, dar a vida como testemunho de uma verdade, de uma convicção.

No âmbito cristão, a expressão martírio toma este sentido de testemunhar a sua fé em Jesus, o Salvador, com a própria vida. O mártir cristão torna-se naquele que conscientemente professa a sua fé em Jesus, preferindo a morte a negar Jesus como Cristo e a escamotear os seus ensinamentos.

O martírio entende-se como testemunho corajoso e verdadeiro, firme e consciente na profissão ou afirmação de fé, cuja consequência última pode implicar a própria morte. No martírio, a morte como testemunho da fé surge como o corolário da final da vida cristã e torna-se o meio pelo qual se dá, inevitavelmente, o encontro decisivo e definitivo com Deus na sua glória e plenitude. Assim, o martírio não é apenas um ato de morte ou de perder a vida, mas todo um processo que envolve a vida toda do

¹⁸⁶ Cf. Costa Almeida J., e A. Sampaio e Melo, *Dicionário da Língua Portuguesa: Dicionários*, Porto: Porto editora, s/d./ ano. 5.ª ed., p. 918.

¹⁸⁷ Cf. José Pedro Machado, *Breve Dicionário Enciclopédico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, setembro, 1999, 1.ª edição, p. 480.

crente em Cristo Jesus, cuja morte será expressão e consequência finais, pela afirmação da fé em Cristo Jesus, num ato livre e consciente. Na visão e no dizer de Eusébio de Cesareia, os mártires são considerados heróis da causa cristã e foi no século II que a veneração destes teve o maior impacto e significado no mundo cristão, dando assim origem ao seu culto. Isto é, a experiência cristã neste período vivificou-se por processos individuais e comunitários de assunção da paixão e morte de Jesus, através da qual se dá associação de forma mais escatológica a ressurreição e a vinda prometida. O martírio surge no terreno cristão, historicamente falando, como uma significativa instância do redizer a história da salvação em Jesus.

3.1 MARTÍRIO COMO TESTEMUNHO E CONFIGURAÇÃO

O martírio desde sempre foi visto e entendido como testemunho no seguimento da vida e obra de Jesus Cristo no cumprimento de sua missão que o Pai lhe confiou. Como já dissemos, “martírio” em grego significa testemunho, testemunhar, dar testemunho de algo ou de alguém. E no âmbito cristão, significa dar testemunho de Jesus Cristo na sua missão, na obediência da vontade do Pai, até perder a própria vida. O próprio Jesus diz: «Quem quiser salvar a sua vida, perdê-la-á; mas quem perder a sua vida por minha causa, encontrá-la-á» (*Mt 16,25*).

O martírio é o reencontro glorioso, da vida humana perdida, por causa de Cristo e por meio de Cristo é encontrada. Todo o martírio, no âmbito cristão, é uma relação inquebrantável no testemunho e na configuração de Cristo e com Cristo.

São Paulo, na Carta aos Coríntios, estabelece uma relação inevitável entre os sofrimentos e morte de Jesus e os sofrimentos dos seus discípulos; isto é, o sofrimento da morte do Mestre, encontra-se pautado e vinculado no corpo dos seus discípulos e são inseparáveis; e, como se não bastasse, este sofrimento é uma condição de abertura na manifestação em comunhão da vida do Mestre. Diz-nos São Paulo: «Levamos em toda a parte no nosso corpo os sofrimentos da morte de Jesus, para que também se manifeste no nosso corpo a própria vida de Jesus. Como vivos, somos constantemente entregues à morte por causa de Jesus. Assim, a morte e a vida atuam em nós» (*2 Cor 4,10-12*).

O martírio é o testemunho da vida de Cristo no crente e sua configuração, que se dá mediante um desinteresse no grande tormento, padecimento e morte cruel em nome

de Cristo, na afirmação de sua fé e seguimento dos seus ensinamentos. É «um testemunho que prova a inocência dos cristãos»¹⁸⁸, e a coragem que recebem do próprio Senhor e do Espírito Santo.

a) O martírio como reação e perseguição popular: Ao lermos a obra do historiador Eusébio de Cesareia, a *História Eclesiástica*, percebemos que os três primeiros séculos, I, II e III, são definidos e caracterizados por «época das perseguições e dos mártires», que finalmente só termina com o famoso *Édito de Milão*, no ano 313, por meio do qual foi declarado e facultado, pelos imperadores Constantino e Licínio, a liberdade de culto aos cristãos.

As perseguições que decorreram nestes séculos traçam um dos pontos mais críticos e complexos da vida e da organização das comunidades cristãs. Estas perseguições chegaram a pautar a atuação da própria Igreja, razão pela qual este período é designado por alguns historiadores como a «Era dos mártires». Pois, nesta época, houve por toda a parte acusações, insultos, perseguições e mortes em massa, seja por reações locais populares, seja pela iniciativa dos legisladores e autoridades públicas, nomeadamente, e de forma mais pontual, por parte de determinados imperadores.

Sendo o início da experiência cristã uma altura de forte convicção, também foi acompanhada por medos, receios, desorientação, dispersão, mesmo tensões e dissidências. Foi no interior destas situações, na relação com as populações judaicas ou outras que, as perseguições e as mortes provocadas pelas crenças cristãs, como consequência de afirmação de fé e do testemunho de Jesus Cristo, foram assumindo o estatuto de martírio, tornando-se este operativo para a afirmação da autenticidade vivencial dos seguidores de Jesus Cristo.

b) Martírio: aspiração e ideal da vida cristã: Assim, as memórias dos mártires perpetuam-se nos relatos em formas de Epístolas. Exemplo: o martírio de São Policarpo e as cartas das comunidades de Viena e de Lyon; ou em formas de narrações, a exemplo da «*passio*» de Perpétua, Felicidade e companheiros; e, também em atas redigidas pelas autoridades civis por ocasião dos processos feitos contra os cristãos. Nelas, encontram-se, por um lado, as várias e diversas interrogações dos juizes e, por outro, as únicas respostas de fé dos réus em Cristo. Por exemplo, nas atas de Justino está documentado que Justino e seus companheiros perante o tribunal afirmaram e responderam todos,

¹⁸⁸ Cf. Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, pp. 167-168; *I Apol.* 11, 1-2; *I Apol.* 25, 1-3; *II Apol.* 2, 1-20. (em que Justino narra o episódio de «um drama doméstico»); cf. *II Apol.* 3(4)1-2; *II Apol.* 10, 7-8; *Diál.* 119, 6 e 131, 1-4, p. 94-310.

embora em momentos diferentes: «Sou cristão»¹⁸⁹. Esta resposta, na «era dos mártires», foi sempre assertiva e decisiva para o cristão julgado e, ao mesmo tempo, considerado como vergonha e despoletando a ira de quem dirigia o julgamento. Era como que a última palavra do réu, seguida da sentença pronunciada por quem julgava. Como que uma participação batismal pela afirmação da fé e uma execução sacrificial de participação eucarística.

Tais documentos ilustram o martírio como um ideal de vida cristã, porque para muitos cristãos não temem o martírio; pelo contrário, sofrem e concebem o martírio como caminho que conduz à glória de Deus; fonte de salvação e cumprimento do plano salvífico de Deus, como aconteceu com Orígenes, que conservava sempre no seu coração o desejo ardente de dar a sua vida por Cristo. Já Santo Inácio de Antioquia aspirava ser uma presa daqueles animais ferozes. Como ele mesmo escreve: «Chegarei a Deus. Sou trigo de Deus; oxalá seja moído pelos dentes dos animais, para tornar-me o pão puro de Cristo»¹⁹⁰.

c) *Martírio: fonte de libertação e caminho para Deus:* O autor ilustra a figura e o testemunho de Santo Inácio, quando se dirigia ao martírio, exclamava na esperança da ressurreição: «Quão maravilhoso é vir do ocaso do mundo em direção a Deus, para levantar-se junto a Ele»¹⁹¹. O cristão não tem medo do martírio, «quem quer que sofra pela glória de Cristo entra para sempre em comunhão com o Deus Vivo»¹⁹².

Nas comunidades cristãs acreditava-se firmemente que quem morresse corajosamente como mártir no testemunho de Cristo e na profissão de fé estaria, sem dúvidas, na glória de Deus e «receberia no fim de combate a coroa da imortalidade»¹⁹³. «Os sofrimentos são bens suáveis comparando à glória e a recompensa divina»,¹⁹⁴ no viver por Cristo, com Cristo e em Cristo.

Teologicamente, e enquanto expressão vivencial, o mártir cristão aparece como aquele interiormente consciente e livre de aceitar o suplício e a morte, na esperança de que tudo se transforma na realidade do encontro definitivo com o seu Deus. A

¹⁸⁹ Cf. *Atas do martírio de São Justino e companheiros*.

¹⁹⁰ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, p. 101.

¹⁹¹ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, p. 102. Cf. Inácio de Antioquia: *Carta aos Romanos* 2, 2, op. Cit., p. 65.

¹⁹² *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*; Carta da Comunidade de Viena e Lyon, in: EUS., HE V, 1,41; op. cit., p. 17.

¹⁹³ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*; V. 142, p. 17. Isto é, *Carta da Comum. Viena*.

¹⁹⁴ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, Tertuliano, Ad Mart. IV. 3; in: *Atas de los Mártires*. Bac 75, p. 391.

experiência do martírio é feita na liberdade, não por apetites humanos, mas pela liberdade que lhe vem de Deus em Jesus Cristo. «Quando tiver padecido, diz S. Inácio, tornar-me-ei alforriado de Jesus Cristo, e ressuscitarei n'Ele, livre»¹⁹⁵. Em Santo Inácio, o verdadeiro Cristão, no martírio, sente-se alegre e feliz, entoando hinos «cheio de alegria como quem foi convidado a participar numa festa»¹⁹⁶. Dizem as Escrituras: «Acreditei; por isso falei» (2 Cor 4,13; 2,4-13). E, sem dúvidas, animados no mesmo Espírito, nós acreditamos, por isso falamos e sabemos perfeitamente que Aquele que ressuscitou o Senhor Jesus também nos há-de ressuscitar e nos levará com Ele diante d'Ele (cf. 2 Cor 4,13-14).

d) O martírio: resposta e cumprimento batismal. A resposta dada pelas pessoas ao sofrerem o martírio – insultos, acusações, violência, tortura, morte violenta – como que cumprimento ao apelo de fidelidade a Cristo, na confiança e na certeza no seguimento. No interior dessas dores manifesta-se a confiança e a busca do alívio ao chegar até Ele. Nessas formas e momentos de martírio, o cristão responde ao chamamento divino, que se insere na própria dinâmica da vida cristã. Como já foi referido, não é apenas o momento final da morte, mas como que, no desenrolar da sua vida, assume o testemunho de Cristo de forma batismal, pois é ocasião em que a vida do cristão se liga intimamente a Cristo, efetivando-se a comunhão existencial entre o cristão e Cristo.

Diversos testemunhos atestam esta determinação e convicção por parte dos cristãos sujeitos aos processos de julgamento conduzindo à pena de morte. No martírio de São Lemos, a todas as questões que lhe eram feitas, conscientemente ele respondia: «Eu sou cristão». É bem provável que dele os pagãos não ouvissem qualquer outra palavra.¹⁹⁷ Alexandre, levado diante do governador, foi interrogado: «Quem és tu?» – «Cristão», respondeu ele. O governador, irado e cheio de cólera, condenou-o às feras¹⁹⁸. Justino e seus companheiros (foram) levados diante do governador e este interrogou-os: «Que doutrina professas?» [...] «Também és cristão?». Todos responderam afirmativamente:

¹⁹⁵ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva, Inácio de Antioquia. Carta aos Romanos* 4.3; op., cit., p. 66.

¹⁹⁶ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva, Carta da Comunidade de Viena e Lyon*, op., cit., V, 1, 55; p. 21.

¹⁹⁷ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva; Carta da Comunidade de Viena e Lyon*, op., cit., V, 1, 20; p. 11.

¹⁹⁸ *Curso de Teologia Patrística I; Carta da Comunidade de Viena e Lyon*, V, 1,50; p. 19.

«Sou cristão»¹⁹⁹. Justino e seus companheiros confessam diante do tribunal o mesmo, o que significava que a sua condenação seria o martírio.

A profissão de fé dos mártires nos tribunais revela as declarações da identidade cristã. Nas Apologias dirigidas, sobretudo aos imperadores, os autores mostram que a única razão de os cristãos serem condenados é o facto de terem o nome ou a identidade cristã e não o facto de terem cometido algum crime ou qualquer malfeitoria²⁰⁰. O martírio era, assim, a consequência da adesão e profissão de fé total a Cristo. Sendo que os que renegaram a Cristo diante dos tribunais são considerados como um «grupo dos que jamais tiveram um átomo de fé, nem compreensão do que seja a pureza batismal»²⁰¹; além disso, o batismo que eles receberam é reduzido apenas na água e não no espírito, e sem fé verdadeira em Jesus Cristo. O batismo destes é apenas na água e não no espírito.

Havia uma fé que se confiava nas palavras evangélicas, na convicção do convite de Jesus: «Vinde a Mim, vós que andais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de Mim, que sou manso e humilde de coração, e encontrareis descanso para as vossas almas. Porque o meu jugo é suave e a minha carga é leve» (Mt 11,28-30).

e) Cristo: o mártir por excelência: A Sagrada Escritura define a paixão e morte de Cristo como o primeiro e o único martírio por excelência. Cristo é o primeiro e único mártir por excelência. Todo o martírio depende e direciona-se ao martírio de Cristo. Os cristãos, desde o princípio, viram sempre o martírio como uma identificação com Cristo crucificado. No livro dos *Atos dos Apóstolos*, o evangelista Lucas, ao referir-se à morte de Estêvão (Act 7ss), faz um paralelo com a paixão e morte de Cristo. Sustenta que, assim como fez Cristo, também fez Estêvão: a súplica de confiança e entrega total ao Pai: Jesus exclamou com voz forte: «Pai, nas tuas mãos entrego o meu Espírito» (Lc 23,46 ss). Quando acabou de dizer isto, expirou, entregando o seu Espírito ao Pai. Tanto Cristo como Estêvão pedem a Deus o perdão daqueles que lhe fazem mal e, na hora da morte, pronunciam a mesma prece de confiança. Nos Evangelhos, já se encontra a

¹⁹⁹ Cf. *Atas do martírio de Justino e seus companheiros*.

²⁰⁰ *Justino de Roma: I Apol. 4, 5; 11, 1; II Apol. 2, 10-12, Padres Apologestias griegas*, BAC 116, pp. 185,191, 263, diz S. Agostinho, “*Não é a pena, mas a causa que faz os mártires verdadeiros*”; Ps 34: *Sermo 2,13; PL 36, 34.*

²⁰¹ *Carta da Comunidade de Viena e Lyon. op. Cit., v, 1, 48, p. 19.*

passagem de (Mc 10,35-40) em que Tiago e João pedem o privilégio de se sentarem à direita e à esquerda do rei messiânico.

Martírio surge, pois, como a vida batismal conduzida até às suas últimas consequências, cujo momento culminante é essa imitação de Cristo. A expressão «Permiti-me ser um imitador do sofrimento do meu Deus»²⁰² mostra que o martírio é o desabrochar do sacerdócio cristão na sua oblação a Deus em favor dos irmãos. É morrer para participar da Sua Paixão²⁰³. Por isso, em profundidade, o mártir por excelência é configuração de Cristo.

Os mártires de Lyon amavam reservar este título de mártir a Cristo, a testemunha fiel e verídica por excelência²⁰⁴. O mártir cristão professa a sua fé em Cristo diante dos tribunais; manifesta a sua honesta fidelidade à mensagem do Mestre. Não hesita nem tem medo de sofrer uma morte violenta e cruel, pois é por esta morte violenta que se sente unido intimamente ao seu Senhor Jesus Cristo morto e ressuscitado e por meio dele à glória de Deus, pois, o mártir cristão, na sua fé, acredita que é «Cristo que o julgou digno de chamá-lo para junto de si, após ter gravado nele, pela morte, o selo do martírio»²⁰⁵.

Vejamos três exemplos de mártires como imitação e seguimento do mestre, em Cristo, primeiro e único mártir por excelência:

- a) Estêvão, considerado como o primeiro mártir cristão: Depois de Jesus, o primeiro cristão a sofrer o martírio foi Estêvão. Morto por apedrejamento e, enquanto o apedrejavam, exclamava: «Senhor Jesus, recebe o meu Espírito» (Act 7,59), e de joelhos disse: «Senhor, não lhes atribua este pecado» (Act 7,59). Assim, fez antes Jesus no suplício da cruz. «Pai perdoa-lhes porque não sabem o que fazem», depois disse: «Pai nas tuas mãos entrego o meu Espírito.»
- b) São Tiago, primeiro apóstolo mártir: Depois da morte de Jesus, o primeiro apóstolo a sofrer o martírio é Tiago. Como está escrito: «Vós quisestes Deus

²⁰² *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, Inácio de Antioquia - *Carta os Romanos* 6,3, op., cit., p. 67.

²⁰³ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, *Carta aos Magnésios* 5,2, op., cit., p. 52.

²⁰⁴ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, *Carta da Comunidade de Viena e Lyon*. op., cit., V, 2,2, p. 24.

²⁰⁵ *Curso de Teologia Patrística I: A vida da Igreja Primitiva*, *Carta da Comunidade de Viena e Lyon*. op., cit., V 2,3, p. 24.

omnipotente, que São Tiago fosse o primeiro dos Apóstolos a dar a vida pelo Evangelho»²⁰⁶.

- c) São Justino, primeiro filósofo mártir: Depois de Jesus, o primeiro filósofo a sofrer o martírio é Justino de Roma, decapitado em Roma, ele e seus seis companheiros.

Cristo, sem dúvida, é assumido como o mártir por excelência, o Senhor da vida e da morte, de quem todo o Homem vem e a quem todo o Homem vai. Ele é a origem e o fim de todo ser. O batismo de Cristo é origem e consumação do batismo cristão e porta de entrada na glória de Deus.

3.2 JULGAMENTO E MARTÍRIO DE JUSTINO

Justino, segundo nos relata na sua *II Apologia*, foi denunciado como cristão às autoridades romanas, por Crescêncio, um filósofo seu concorrente e rival, de quem foi dito que de filósofo nada tinha nem merecia ser chamado filósofo²⁰⁷. O apologista foi preso e compareceu em tribunal, presidido pelo Prefeito Rústico (163-167)²⁰⁸, em companhia de seis companheiros que publicamente testemunharam a sua fé em Cristo. Presos e levados ao Prefeito de Roma, este dirigiu-se em primeiro lugar a Justino. Todos foram questionados, seguindo a seguinte argumentação:

«Primeiramente, manifesta a tua fé nos deuses e obedece aos imperadores.» Justino respondeu: «Não podem nos acusar e condenar por obedecermos aos mandamentos de Jesus Cristo, nosso Salvador». Rústico perguntou: «Que doutrina professas?» Justino disse: «Procurei conhecer todas as doutrinas, mas acabei por abraçar a doutrina verdadeira dos cristãos.» [...] O prefeito Rústico inquiriu: «Que verdade é essa?» Justino explicou: «Adoramos o Deus dos cristãos, a quem consideramos como o único Criador, desde o princípio, e autor de toda criação, das coisas visíveis e invisíveis, e ao Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, de quem foi anunciado pelos profetas que viria ao género humano como mensageiro da salvação e Mestre da boa doutrina. E eu, porque sou

²⁰⁶ *Liturgia das Horas*. pp. 15-19.

²⁰⁷ Cf. *Justino de Roma: II Apol.* Capítulo 8, 9. *II Apol.* VIII, 9.

²⁰⁸ Cf. Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, p. 174.

homem e nada mais, considero insignificante tudo o que digo para exprimir a Sua divindade infinita, mas reconheço o valor das profecias [...] e sei que eram inspirados por Deus os profetas que vaticinaram a Sua vinda ao meio dos homens»²⁰⁹.

Rústico perguntou: «Onde vos reunis? [...] em que lugar, juntas os teus discípulos?» Justino respondeu: «Eu vivo em casa de um certo Martinho, nos banhos de Timóteo. Ali, se alguém queria ir ver-me, comunicava as palavras da verdade». Rústico perguntou: «Portanto, tu és cristão?» Justino afirmou: «Sim, sou cristão».

O Prefeito Rústico, voltou-se para os companheiros de Justino e fez-lhes semelhante pergunta²¹⁰. E todos responderam afirmando: “*Sou cristão*”. Rústico disse a Justino:

«Ouve, tu que és tido por sábio e julgas conhecer a verdadeira doutrina: se fores flagelado e decapitado, estás convencido de que subirás ao céu? Justino respondeu: «Espero entrar naquela morada, se tiver de sofrer o que dizes, pois sei que a todos os que viverem santamente lhes está reservada a recompensa de Deus até ao fim dos séculos». Perguntou Rústico: «Então tu supões que hás-de subir ao céu para receber algum prémio em retribuição?» Justino disse: «Não suponho, sei-o com toda a certeza»²¹¹.

Depois deste interrogatório, o Prefeito Rústico achou não ter tocado ainda no cerne da questão ou do julgamento. Ordenou que todos se aproximassem e juntos sacrificassem aos deuses, ao que Justino lhe respondeu:

«Ninguém, sem perder a razão, abandona a piedade em troca da impiedade». O prefeito Rústico continuou: «Se não fizerdes o que vos é mandado, sereis torturados sem compaixão». Justino disse: «Desejamos e esperamos chegar à salvação através dos tormentos que sofremos por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo. O sofrimento garante-nos a salvação e confiança perante o tribunal universal e mais terrível de Nosso Senhor Jesus Cristo do que o teu. E os outros mártires disseram o mesmo: «Faz o que quiseres, porque nós somos cristãos e

²⁰⁹ <https://carloslopesshalom.wordpress.com>

²¹⁰ Cf. *Atas do Martírio de Justino e seus companheiros*; Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, pp. 175-178.

²¹¹ <https://carloslopesshalom.wordpress.com>

não sacrificamos aos ídolos». O Prefeito Rústico pronunciou então a sentença dizendo: «Os que não quiseram sacrificar aos deuses e obedecer à ordem do Imperador sejam flagelados e conduzidos ao suplício, segundo as leis, para sofrerem a pena capital». Desta forma foi realizado e consumado o martírio de Justino e seus companheiros»²¹².

Glorificando à Deus, Justino e os seus companheiros saíram para o lugar das execuções e ali foram decapitados, consumando-se o seu martírio, como testemunho da fé no Salvador²¹³. Damo-nos conta de que a narrativa existente sobre o julgamento e o martírio de Justino assemelha-se, como protótipo, ao julgamento e à condenação de Jesus narrado nos quatro Evangelhos, com a diferença de que o processo de Jesus se passou entre dois tribunais: um judaico e um romano. A experiência cristã realizava-se na época de Justino marcada por outros condicionalismos.

Trazemos a versão do Evangelho de João (*Jo* 18,12-14.19-24.28; 19,1ss), distinta dos sinópticos. Nos sinópticos, (Mateus, Marcos e Lucas), aparecem expressões: «Jesus no tribunal judaico»; e «Jesus no tribunal romano». No Evangelho segundo João, o julgamento de Jesus dá-se em dois tribunais: «Jesus interrogado por Anás»²¹⁴ (no tribunal judaico), e «Jesus diante de Pilatos»²¹⁵ (no tribunal romano).

«O Sumo-sacerdote questionou Jesus acerca dos seus discípulos e sua doutrina: Jesus respondeu: «Falei abertamente ao mundo, sempre ensinei na sinagoga e no templo, onde todos os judeus se reúnem, e nada disse em segredo. Porque me interrogas? Pergunta aos que me ouviram o que lhes disse. Eles bem sabem aquilo de que lhes falei». Pilatos perguntou Jesus: «Tu és o rei dos judeus?» Jesus respondeu-lhe: «É por ti que o dizes ou foram outros que to disseram de Mim?» Disse-lhe Pilatos: «Porventura sou eu judeu? O teu povo e os sumos-sacerdotes é que te entregaram a Mim. Que fizeste?» Jesus respondeu: «O meu reino não é deste mundo, se o meu reino fosse deste mundo, os meus guardas

²¹² *Atas do Martírio de Justino e seus companheiros*; Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, pp. 175-178.

²¹³ Cf. <https://>. *Atas do martírio de São Justino e seus companheiros* (Cap. 1-5; Cf. PG 6,1566-1571) (Séc. II). cf. Lamelas, *Justino filósofo e mártir*, pp. 175-178.

²¹⁴ Jesus levado a Anás: o comandante e os guardas das autoridades judaicas prenderam Jesus e manietaram-no. E levaram-no em primeiro lugar a Anás, sogro de Caifás (aquele), que tinha dado este conselho aos judeus: «*Convém que morra um só homem pelo povo*». Caifás era o Sumo-sacerdote naquele ano. (Cf. *Jo* 18, 12-14).

²¹⁵ Jesus diante de Pilatos: saindo de Caifás, levaram Jesus à sede do governador romano. Pilatos era o governador que gozava do poder de Roma. (Cf. *Jo* 18, 28).

lutariam para que eu não fosse entregue aos judeus. Mas o meu reino não é daqui». Pilatos perguntou a Jesus: «Então, tu és rei?». Jesus respondeu: «É como dizes, sou rei. Para isso nasci e vim ao mundo a fim de dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade escuta a minha voz». Disse-lhe Pilatos: «Que é a verdade?». [...] Então Pilatos mandou que levassem Jesus e o açoitassem. [...] Pilatos perguntou a Jesus: «Donde és?». Mas Jesus não lhe deu resposta. Disse-lhe então Pilatos: «Não me falas? Não sabes que tenho poder para te soltar e para te crucificar?». Jesus respondeu-lhe: «Nenhum poder terias sobre Mim, se não te fosse dado do alto. Por isso quem me entregou a ti tem maior pecado» Então Pilatos entregou-o para ser crucificado (*Jo* 18,19-24.28-40; 19,1-16)».

No julgamento de Justino e de Jesus, destacamos alguns pontos de convergência:

1. Jesus e Justino, no julgamento, questionados sobre os seus discípulos, a sua doutrina, a sua realeza, e sobre a verdade e o lugar de seus ensinamentos.
2. Ambos respondem na mesma linha, ao interrogatório, afirmando as suas convicções baseadas na verdade cristã e no ensino público da verdade.
3. Ambos são julgados e condenados publicamente por um tribunal romano dirigido por um magistrado romano.
4. Ambos se dirigem ao local indicado para sofrerem os tormentos do martírio em companhia de outros, e recebem a eterna e gloriosa coroa.

3.3 INTERPRETAÇÃO DO MARTÍRIO

AS CAUSAS DO MARTÍRIO DE JUSTINO: como ocorria correntemente, Justino foi acusado de ateísmo; de abster-se do culto e do Estado; de não praticar a teologia civil do império; de professar uma fé em Deus sem imagens, isto é, de professar a fé em Deus Uno e Trino (Pai, Filho e Espírito Santo); de combater o procedimento injusto nas acusações e condenação dos cristãos; de implementar um novo Deus na religião do império; de confrontar o imperador e outras entidades, refutando as calúnias e as acusações populares e mostrando que o cristianismo era a verdadeira religião e moral»; de defender os cristãos e denunciar o absurdo e a

imoralidade do paganismo, de seus mitos e sua teologia. Justino foi considerado um estranho, um intruso, um homem que vem de fora, um pagão de Roma ou de Éfeso²¹⁶, por ter confrontado os caluniadores e perseguidores da sua profissão, e de ter polemizado com os filósofos da sua época, sobretudo com o cínico Crescêncio, provocando-o para um debate público²¹⁷. Possivelmente este debate foi fatal para Justino, acelerou a sua acusação e condenação. O confronto que Justino provocou e teve em público com o filósofo Crescêncio – anticristão férreo, apoiado pelo poder – foi fatal, como já dissemos. Por este motivo, Justino foi preso como “ateu”, isto é, como desobediente e inimigo do Estado²¹⁸.

Uma das causas assente no martírio de Justino, segundo Eusébio de Cesareia, é a cilada que o filósofo Crescêncio – émulo da vida e do comportamento dos que merecidamente possuem o nome de cínicos – armou contra Justino, depois, de o ter refutado em discussões assistidas por público²¹⁹. Foi por esta razão que Justino sofreu a morte, que a fé das comunidades tomou como martírio expressão da vitória da vida em Deus por causa da verdade que ele havia encontrado, vivenciado, praticado e ensinado.

Vejamos então as palavras que Justino terá dirigido ao filósofo Crescêncio, ao longo do confronto e debate público, na versão de Eusébio de Cesareia:

- a) Eu também estou à espera de sofrer cilada e ser posto no cepo por algum dos que nomeei e talvez por Crescêncio, de forma alguma filósofo, mas amante de exibição. Pois é injusto denominar filósofo a quem, ao falar do que não conhece, acusa publicamente os cristãos de ateísmo e impiedade e age para dar gosto e prazer à multidão, que vive no erro²²⁰.
- b) Se jamais leu os ensinamentos de Cristo e nos ataca é completamente malvado e pior do que os ignorantes que, em geral, evitam discutir e afirmar falsamente o que desconhecem. E se leu, tais ensinamentos não entendeu a grandeza que têm em si, ou ainda se, após ter compreendido, age deste modo para não se tornar suspeito de

²¹⁶ Cf. Hamman, *Os Padres da Igreja*, pp. 11-27.

²¹⁷ Cf. *Teologia Patrística*, pp. 12-13.

²¹⁸ <https://pt.Aleteia.org/2020/06/01/são-Justino-e-as-sementes-do-verbo/>. In: <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/01/s-Justino-filosofo-e-martir>.

²¹⁹ Cf. Eusébio de Cesareia, *Hist. Ecl.* p. 198.

²²⁰ Cf. Eusébio de Cesareia, *Hist. Ecl.* p. 198.

ser cristão, é ainda mais covarde e malvado do que muitos, porque vencido por opinião ignorante e desarrazoada e por medo²²¹.

- c) E, com efeito, propus-lhe determinadas perguntas sobre esse assunto e interroguei-o. Quero que saibais que concluí, após tê-lo convencido, que ele na verdade não sabe coisa alguma. Digo a verdade e se essas discussões não vos foram relatadas, estou pronto a reiterar as minhas perguntas mesmo diante de vós. Esta questão é digna de interesse até por parte do Imperador²²².
- d) Cientes de nossas respectivas perguntas e respostas, verificareis que ele nada conhece destes problemas. Ou se conhece alguma coisa, não ousa declará-lo por causa dos ouvintes, conforme foi dito mais acima. Não se apresenta como amigo da filosofia, e sim de opiniões e não sabe respeitar de forma alguma a belíssima palavra de Sócrates²²³.

Na sequência das denúncias de Crescêncio, foram estas as palavras e argumentação que, atestadas por Eusébio de Cesareia, e constituindo a predicação de Justino, o levaram a ser preso e condenado. Eusébio de Cesareia faz-nos ouvir as palavras de Taciano, no relato do seu discurso aos gregos: «E o admirável Justino afirmou com Justeza que os que acabo de citar assemelham-se a ladrões»²²⁴. Diz Justino: «Crescêncio, pois, que se aninhou na grande cidade, ultrapassou a todos em pederastia, inteiramente propenso ao amor ao dinheiro»²²⁵.

Embora aconselhasse a desprezar a morte, ele mesmo a temia, tanto que se empenhou, como se constituísse grande mal, em causa a morte de Justino, porque ele, ao pregar a verdade, havia provado que os filósofos são ávidos e enganadores²²⁶. Foram estes os argumentos de Justino que lhe deram, por cilada e fúria de Crescêncio, a morte, por martírio. Foi decapitado.

Finalmente, pode considerar-se que a primeiríssima causa da morte de Justino foi convertido e feito cristão, discípulo de Cristo. Na época de Justino, a causa primeira do martírio era a simples e intrínseca afirmação da profissão de fé no cristianismo.

²²¹ Cf. Eusébio de Cesareia, *Hist. Ecl.* pp. 198-199.

²²² Cf. Eusébio de Cesareia, *Hist. Ecl.* p. 199.

²²³ Cf. Eusébio de Cesareia, *Hist. Ecl.* p. 199.

²²⁴ Eusébio de Cesareia, *Hist. Ecl.* p. 199.

²²⁵ Eusébio de Cesareia, *Hist. Ecl.* p. 200.

²²⁶ Cf. Eusébio de Cesareia, *Hist. Ecl.* p. 200.

Bastava que o crente confessasse a sua fé em Cristo. Proclamar «Sou cristão» era mais do que suficiente para sofrer o suplício do martírio. Assim como nos diz São Paulo, «Somos constantemente entregues à morte por causa de Jesus (Cristo), para que também em nós se manifeste a vida de Jesus (cf. 2 Cor 4,10).

As causas do martírio de Justino encontram uma hermenêutica nas causas da morte de Cristo: Cristo foi acusado de ter sido um malfeitor. [...] Responderam os judeus: «Se não fosse malfeitor não to entregaríamos». Por ter afirmado ser Filho de Deus e rei dos Judeus. Disse-lhe Pilatos: «Então tu és rei?» Jesus respondeu: «É como dizes, sou rei». [...] Pilatos procurava maneira de libertar Jesus, mas os judeus responderam: «Nós temos uma lei e, segundo a nossa lei, deve morrer, porque se fez Filho de Deus». «Se o libertares não és amigo de César: todo aquele que se faz rei é contra César». [...] Os príncipes dos sacerdotes e dos judeus disseram a Pilatos: «Não escrevas: “Rei dos judeus”, mas que ele afirmou: “Eu sou rei dos judeus”». Pilatos retorquiu: «O que escrevi está escrito». Jesus, nazareno, rei dos judeus (J.N.R.I). É o porquê e a razão da sua condenação (Lc 22,66-71; 23,1-49).

Uma das causas fundamentais da morte de Jesus é a afirmação: «Sou Filho de Deus». Foi mais que suficiente e fatal por ter afirmado que era o Messias Cristo, o Filho de Deus. Esta atribuição da filiação divina, da missão salvífica e redentora, da humanidade e da realeza sobre os judeus, conduziu rapidamente ao processo de condenação e morte de Jesus no suplício da cruz.

CONSEQUÊNCIAS: Justino afirma que, apesar de nos cortarem em pedaços, nos colocarem na cruz, nos lançarem nas cadeias, nos entregarem aos animais e às chamas de fogo ardente, nada nos impede de confessar a fé em Jesus Cristo. Quanto mais nos maltratam, mais aumenta o número dos fiéis que aderem à piedade verdadeira. Acontece conosco o que vemos ocorrer com a videira: quanto mais podada, mais cresce a sua fecundidade e vigor²²⁷.

As consequências narradas aquando da morte de Jesus atestando a sua filiação divina conferem à coragem de enfrentar a morte e a escolha da fé por parte do martirizado esse mesmo valor de demonstração da verdade professada.

O centurião e todos os que com ele guardavam Jesus, observando o que ali se passava: o véu do templo a rasgar-se em dois de cima a baixo, o tremor de terra, o

²²⁷ Cf. *Justino de Roma: Diál.* 110, 1-6; *História da Teologia: Período Patrístico*, p. 20.

fender das rochas, a abertura de muitos túmulos e a ressurreição de muitos corpos, vendo tudo o que estava a acontecer, ficaram apavorados e disseram: «Este era verdadeiramente o Filho de Deus» (cf. *Mt* 27,51-55; *Lc* 23,44-49).

OS INIMIGOS DE JUSTINO E O TIPO DA SUA MORTE: Justino foi denunciado e entregue ao prefeito Rústico por um filósofo que respirava inveja. Segundo consta, na realidade não era filósofo, apenas aparentava ser filósofo porque de filósofo nada tinha senão o nome (de filósofo)²²⁸. Trata-se de Crescêncio, que se convertera em violento adversário.

Relativamente ao seu fim, a sua morte, existe uma antiga e fiável redação: «*O Martyrium S. Iustini et sociorum - As atas do martírio de São Justino e companheiros*». Segundo este documento, Justino foi decapitado em Roma, junto com seis outros cristãos, sendo Júnior Rústico Prefeito da cidade²²⁹.

OS INIMIGOS DE JESUS: Estes foram as autoridades judaicas, os doutores da Lei e os sumos-sacerdotes. Disse Pilatos: «Porventura sou eu judeu? O teu povo e os sumos-sacerdotes é que te entregaram a Mim». Segundo a narração da Paixão (*Jo* 18,1-19,42), foi Judas Iscariotes, discípulo de Jesus, que O entregou por sua vez às autoridades, aos chefes e doutores da Lei por trinta moedas de prata; e estes, às autoridades romanas. «Judas que O ia entregar, conhecia também o local, porque Jesus se reunira lá muitas vezes com os discípulos». [...] Responderam os judeus: «Não nos é permitido dar a morte a ninguém». Disse-lhe Pilatos: «Eis o vosso rei». Mas eles gritaram: «À morte, à morte! Crucifica-O» (cf. *Jo* 18). Relativamente à morte de Jesus, segundo a narração da paixão e morte nos Evangelhos, Jesus foi crucificado na cruz, Ele e dois malfeitores, um à direita e um à esquerda.

O martírio de Justino, assim como dos seus seis companheiros, ocorreu por volta de 165, sob o império de Marco Aurélio²³⁰. Já acima desenvolvido. Estas referências históricas – a narrativa que subsiste e se transforma em memória identificadora permitem situar a experiência dos martírios cristãos como um dos sustentáculos do próprio crescimento das comunidades cristãs ao longo destes séculos

²²⁸ Hamman, *Os Padres da Igreja*, p.32.

²²⁹ Cf. Altaner, Stuber, *Patrologia*, p.76.

²³⁰ Cf. <https://pt.Aleteia.org/2020/06/01/são-Justino-e-as-sementes-do-verbo/>. In: Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/01/s-Justino-filosofo-e-martir>.

CONCLUSÃO

«Justino, filósofo e mártir», assim denominado primeiramente por Tertuliano, é considerado o mais insigne, ilustre, célebre e maior filósofo e apologista cristão do século II. Nasceu no coração da Galileia, em «Flávia Neápolis», cidade de Naplusa (hoje Nablus), cidade romana pagã edificada na Antiga Siquém, Palestina, perto do poço de Jacob, onde Jesus anunciara à Samaritana o culto novo; segundo o testemunho de Justino no *Diálogo* (*Dial.* 2-8). Herdeiro de uma aprofundada cultura filosófica antiga, identificará a questão da busca da verdade com o percurso de adesão à fé cristã.

Abordando a problemática da iniciação cristã, Justino fornece uma descrição detalhada do batismo, esclarecendo o seu rito e o seu significado. Duas são as expressões com as quais designa o batismo: iluminação e regeneração. Nas obras (as que chegaram até nós), nas duas *Apologias* e no *Diálogo com Trifão*, estabelece o seu pensamento teológico, aproximando o carácter universal e profundamente humano da mensagem cristã contida no seu conceito teológico do «*Logos Spermatikós*», metamorfoseando de forma articulada dois conceitos da filosofia antiga, procurando integrar e harmonizar estes elementos da cultura helenística. Com esta teoria do «*Logos Spermatikós*», Justino faz uma ligação ou estabelece uma ponte entre a filosofia antiga e o cristianismo.

Foi durante um longo percurso pessoal, constituído por muita labutação, viagens, frustrações e desânimos, que encontrou na recomendação de um ancião, em Éfeso, o suporte e a confiança que o conduziram à conversão. O ancião tinha-lhe despertado o interesse pelo Novo Testamento e pelo cristianismo, como o verdadeiro caminho e conteúdo digno que tanto desejava e procurava: o cristianismo como verdadeira e fidedigna filosofia que conduz à contemplação de Deus. Emerge, assim, em Justino, através desse encontro decisivo entre profecia e sapiência nos ensinamentos e na vida de Jesus, a «única filosofia proveitosa».

Em Jesus Cristo, o Verbo Encarnado e crucificado, se edifica a única filosofia verdadeira capaz de responder e apresentar conclusões absolutas para todas e quaisquer particularidades relativas. Somente «essa filosofia proveitosa» é, na verdade, a filosofia fidedigna, sendo os profetas os verdadeiros filósofos e Moisés o porta-voz e o maior de todos eles. O cristianismo é a ciência da verdade. Cristo é a própria Verdade, assim como nos ensinam os Evangelhos (as memórias dos apóstolos).

Justino nasceu no seio da cultura pagã, formou-se intelectualmente, valorizou a dimensão sapiencial na existência. Batizado, sem deixar de ser filósofo, tornou-se discípulo de Cristo e da sua doutrina. Justino foi um empreendedor e um pensador responsável que, sem medo, enfrentou e confrontou o poder imperial e dos seus magistrados, bem como os filósofos do seu tempo, em defesa dos cristãos que eram caluniados e acusados de crimes públicos. Tornou-se discípulo fiel de Cristo, que seguindo o exemplo do Mestre, defendeu a justiça, apresentou a primeira (a mais antiga) descrição do Batismo e da Reunião Eucarística. Professando a fé em Jesus Cristo, ensinou a verdade e a justiça como normas da reta razão e da vida. Foi martirizado pela verdade, por afirmar a sua fé e confessar ser cristão.

Justino é para todos os cristãos um exemplo no testemunho da verdade; ensinamos a não ficarmos calados diante da Verdade e a professar a nossa fé em Cristo sem hesitação e sem medo. Mostra ao cristão que a fonte e o caminho dos ensinamentos de Cristo são as memórias dos Apóstolos, (os Evangelhos). Para Justino, toda a Sagrada Escrituras diz, direta ou indiretamente, respeito a Cristo nosso Salvador.

Assim, como, no batismo, de Jesus, no rio Jordão por João Batista, aos seus trinta anos, recebeu o Espírito Santo em forma de pomba e a voz do Pai; Justino, no seu batismo aos trinta anos, recebeu o Espírito Santo em forma de fogo ardente e da mensagem de Cristo em seu coração que lhe arde no interior e o converte radicalmente ao cristianismo.

Para o leitor antigo, a figura do ancião que lhe apareceu na solidão representa mais a figura de um profeta do que um filósofo. Ambos foram batizados com trinta anos, ensinaram publicamente, e foram martirizados por professarem a fé cristã diante das autoridades nos tribunais. Disse Pilatos: «Tu és rei?» Jesus respondeu: «Sim, sou rei». Rústico: «Tu és cristão?» Justino: «Sim, sou cristão».

Tanto Jesus como Justino fizeram muitas viagens por cidades e aldeias, ensinando a verdade e o Reino de Deus. Na Sagrada Escritura, abundam diversas passagens sobre Jesus, que O caracterizam como incansável itinerante. Isso caracteriza a vida de Jesus como um viajante ou até mesmo um nómada. Como Ele próprio diz: «O Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça».

O martírio de Justino é, neste sentido mais amplo, configuração com a vida de Cristo por duas razões: razão interna e razão externa. Na razão interna, estão na base os elementos constitutivos da vida humana, as sementes do Verbo. Segundo Justino,

«Todo o género humano possui as sementes do Verbo, e só por meio dele é que Deus do universo é conhecido por nós»²³¹, à luz da passagem que diz: «Este é o meu filho muito amado no qual pus a minha complacência, escutai-o».

A razão exterior corresponde à conjugação da sua vida com a vida de Cristo, na procura da verdade e, por meio desta, o encontro com o ancião iluminador na adesão e profissão de fé em Cristo – o ser cristão. Justino viveu no testemunho de Cristo até às últimas consequências o martírio. Foi acusado, julgado e condenado à morte de martírio (decapitado) por causa de Cristo; por ter-se feito cristão e seguir os ensinamentos do mestre. Por um lado, Jesus foi conduzido e interrogado diante das autoridades romanas, por Pilatos e, por outro lado, Justino levado e interrogado diante das autoridades romanas, pelo Prefeito Rústico. Jesus é o mártir por excelência; Justino foi o primeiro filósofo mártir cristão. Jesus não morre sozinho no seu martírio, mas sim com dois malfeitores. Justino não morre sozinho no seu martírio, mas sim com os seus seis discípulos. O julgamento e morte de Jesus encontram-se narrados nas memórias dos apóstolos (nos Evangelhos). O julgamento e martírio de Justino encontram-se narrados nas Atas do Martírio de São Justino e seus Companheiros.

Por fim, importa afirmar que o martírio, atestado em Justino, corresponde à afirmação da Justiça e da Verdade como constitutivo daquele que, sendo discípulo de Jesus Cristo, testemunha a autenticidade do divino e a certeza da salvação.

BIBLIOGRAFIA

²³¹ Hamman, *Os Padres da Igreja*, p. 31.

FONTES

BÍBLIA SAGRADA: *Antigo e Novo Testamentos*, Lisboa/Fátima, Editora Difusora Bíblica, Franciscanos Capuchinhos, 2014, 5ª edição.

JUSTINO, DE ROMA. *I e II Apologias/Diálogo com Trifão*. Direção editorial Manoel Quinta. Introdução e notas Roque Frangiotti. Traduzido por Ivo Storniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo: Editora Paulus, 1.ª edição, 1995. Coleção Patrística 3.

EUSÉBIO, DE CESAREIA. *História Eclesiástica*. Direção editorial Manoel Quina. Introdução, notas e comentários Roque Frangiotti. Traduzido por Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria Mãe de Cristo. São Paulo: Paulus, 1ª edição, 2000. Coleção Patrística 15.

LITURGIA DAS HORAS: Segundo o Rito Romano. Tempo comum. III volume. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2000, 4ª edição.

DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO:

a) DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II:

Constituição Dogmática da Igreja: “Lumen Gentium” a Luz dos povos. Sobre a Igreja. Do Papa Paulo VI. Roma, 07 de novembro de 1964.

Decreto de atividade missionária da Igreja: “Ad Gentes” Sobre Atividade Missionária da Igreja. Do Papa Paulo VI. Roma, 07 de dezembro de 1965

b) DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

Carta Encíclica, Cartas e Exortações Apostólicas

JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica: “Fides et Ratio”* do sumo pontífice João Paulo II aos Bispos da Igreja Católica. *Sobre as relações entre “Fé e Razão”*. Copyright – Libreria Editrice Vaticana. 14 de setembro de 1998.

PAPA FRANCISCO, *Carta Encíclica: “Laudato Si”*: Louvado Sejas. Sobre o cuidado da casa comum. Livraria Editrice Vaticana: Paulinas: Prior velho, junho 2015.

PAPA FRANCISCO, *Carta Encíclica: Fratelli tutti: Todos os irmãos. Sobre a fraternidade e a amizade social*. Editorial Franciscana: Braga, 2020.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALTANER, Berthold, *Patrologia*, Madrid: Editora Espasa-Calpe, S.A. 5ª edição, 1962.

AUTORES VÁRIOS. *Patrística: Caminhos da Tradição Cristã*. São Paulo: Editora Paulus 2ª edição, 2008.

AUTORES VÁRIOS. *Patrologia: Vida, Obras e Doutrinas dos Padres da Igreja*, São Paulo: Editora Paulinas, ed, 1972.

CALVO, Juan José Ayán. *Antropologia de São Justino, Exégesis del mártir a Genesis I-III. Excepta ex dissertatione ad Doctoratum*, Burgos, s. ed., 1987.

CHLESINGER, Hugo. Humberto Porto. *Líderes Religiosos da Humanidade*, tomo 1 A-J. São Paulo: Paulinas, ed 1986.

ERICHER Peter, In *Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia*, Traduzido por João Rezende Costa e vários Colaboradores, et al. São Paulo: Editora Paulus, ed, 1993.

FIGUEIREDO, Fernando António. *Curso de Teologia Patrística I: Avida da Igreja Primitiva (séculos I e II)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Petrópolis, s. ed., 1983. Teologia Patrística 1.

FRANGIOTTI, Roque. *História da Teologia: Período Patrístico*. São Paulo: Edições Paulinas, s. ed.,1992. Coleções Patrística 6.

GOMES, Cirillo Folch. *Antologia dos Santos Padres*. São Paulo: Edições Paulinas, 3ª edição 1985. Coleção Patrologia 1.

GRANADOS, José. *Los Mistérios de la vida de Cristo en Justino Mártir*. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, s. ed. 2005.

HAMMAN, A. *Os Padres da Igreja*. Traduzido por Isabel Fontes Leal Ferreira. São Paulo: Edições Paulinas, 2.ª edição,1985. Coleção Patrologia 2.

- KAMBUTA, José. *Os atuais desafios da Igreja em África: Uma leitura e análise dos 20 anos da Ecclesia in Africa*. Lisboa: Universidade Católica, s. ed., 2018.
- LAMELAS, Isidro Pereira. Introdução: In *Carta a Diogneto*. Texto anónimo. Lisboa: Editora Alcalà, 2001.
- LAMELAS, Isidro Pereira. *Justino Filósofo e Mártir do século II: Em defesa dos cristãos*. Lisboa: Editora Paulus, 1.^a edição, 2019. (Estudo e Tradução).
- LITURGIA CRISTÃ. Batismo: *Celebração: Sebenta de Liturgia Cristã: Sacramentos e Celebração*. Lisboa: Universidade Católica de Lisboa, 2018.
- MARTIN, José Pablo. *El Espiritu Santo en los Orígenes del Cristianismo: Estudio sobre I Clemente, Ignacio II Clemente y Justino Mártir*. Roma: Pas-Verlag- Zurich, s. ed., 1971.
- ORBE, Antonio. *La Teologia dei Secoli II e III: II confronto della Grande Chiesa con lo gnosticismo*. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1995. Temi neotestamentari. Traduzione italiana a cura di Maria Gilli, Roma: Edizioni Piemme, 1995. Volume 1.
- ORBE, Antonio. *La Teologia dei Secoli II e III: II confronto della Grande Chiesa con lo gnosticismo*. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1995, Temi neotestamentari. Traduzione italiana a cura di Maria Gilli, Roma: Edizioni Piemme, 1995, Volume 2.
- Duas (2) teses de doutoramento, sobre a Cristologia de São Justino no Diálogo com Trifão, Autores anónimos.
- POTIN, Pierre Chavoto Jean, *Abecedário do Cristianismo*, tradução de Fernando Correia de Oliveira, Público, Flammarion, Paris.
- REVISTA EBORENSIA. número 19 e 20 ano X. 1997.
- REVISTA EBORENSIA. número 21 e 22 ano XI. 1998.
- RODRIGUEZ, Marcelo Merino. *La Conversion Cristiana en San Justino: Extracto de la tesis Doctoral presentada en la Facultad de Teologia de la Universidad de Navarra*. Leon, s. ed., 1979.

- RUIZ, Daniel Bueno. *Padres Apostólicos Griegos: Diálogo com Trifão*.
- SCHLESINGER, Hugo. Humberto Porto. *As Religiões ontem e hoje*. São Paulo: Edições Paulinas, s. ed.,1982.
- TANQUEREY, AD. *Compêndio de Teologia Ascética e Mística*, Traduzido por J. Ferreira Fontes. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 4ª edição, 1938.
- Teologia Patrística: Curso de licenciatura em Teologia*. (Apontamentos para uso exclusivo dos alunos do curso T027-2006/07), Lisboa: Faculdade de Teologia, Universidade Católica, 2003. Sem autor, texto anónimo.
- VICIANO, Albert. Patrologia. Amateca: *Manuales de Teologia Católica*. Valência: Editora Edicep, et al, s. edição, 2001. Amateca.

BIBLIOGRAFIA ELETRÓNICA/WEBSITES

- <https://www.liturgia.pt>. Secretariado Nacional de Liturgia, Portugal, Liturgia das Horas, *Das Atas do martírio de São Justino e companheiros*, (Cap. 1-5, Cf. PG 6, 1566-1571) (Séc. II).
- <https://pt.aleteia.org/2020/06/01/são-justino-e-as-sementes-do-verbo/amp/>:
- <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/01/s—justino—filósofo-e-mártir>.
- <https://pt.aleteia.org/2020/06/01/são-justino-e-as-sementes-do-verbo/amp/>:
- <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/06/01/s—justino—filósofo-e-mártir>.
- <https://www.liturgia.pt>. Secretariado Nacional de Liturgia, Portugal. Liturgia das Horas. *Das Atas do martírio de São Justino e companheiros* (Cap. 1-5: Cf. PG 6, 1566-1571) (séc. II).
- <https://carloslopesshalom.wordpress.com>
- http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents:
- Congregação Para a Doutrina da fé: Declaração: *Dominus Iesus. Sobre a unidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*. n.12: João Paulo II, Carta Encíclica. *Redemptoris missio*.